

***Instituto Politécnico de Setúbal***



***Escola Superior de Ciências Empresariais***

# **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMO FATOR DETERMINANTE NA TOMADA DE DECISÃO:**

**Estudo de caso de entidades angolanas**

Jackson Sebastião

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de  
**MESTRE EM CONTABILIDADE E FINANÇAS**

Orientador(a): Professora Doutora Maria Teresa Alves

Setúbal, 2014



## **Dedicatória**

Aos meus pais (Guimarães & Lando);

Aos irmãos.

## **Agradecimentos**

A Deus, o Onnipotente, pelo dom da vida e pela oportunidade que me tem dado de  
desfrutar todos momentos;

Aos meus país e aos meus irmãos pelo apoio e dedicação constante;

À minha orientadora e à instituição pelos conhecimentos e dedicação na arte do ensinar;

Agradeço, ainda, ao grupo teatral Henda Yame, ao grupo de acólitos de Fátima, ao grupo  
caridade e amizade e aos ministros e deputadas.

Agradeço, também, aos meus amigos e colegas.

N'tondele!

A todos o meu muito obrigado!

## ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE TABELAS .....	iv
ÍNDICE DE QUADROS.....	v
ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	vi
RESUMO .....	vii
ABSTRACT .....	viii
I. INTRODUÇÃO.....	1
2. REVISÃO DA LITERATURA .....	5
2.1. As demonstrações financeiras .....	5
2.1.1. Objetivos e importância das demonstrações financeiras.....	7
2.1.2. Conjunto completo de demonstrações financeiras.....	10
2.2. Análise das demonstrações financeiras .....	15
2.3. A tomada de decisão.....	20
2.4. Estudos anteriores .....	25
3.1. Método de Investigação.....	27
3.2. Caracterização da amostra .....	29
3.3. Recolha e tratamento dos dados .....	31
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS .....	34
4.1. Indicadores calculados.....	34
4.2. Resultados das entrevistas .....	40
5. CONCLUSÃO, LIMITAÇÕES E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
Fonte: Dados da pesquisa. ....	57
Fonte: Dados da pesquisa. ....	58
Fonte: Dados da pesquisa. ....	59
ANEXOS .....	60

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Características das empresas.....	30
Tabela A1: Indicadores das empresa .....	57
Tabela A2: Medidas estatísticas (máximos, mínimos, médias e desvios padrão) destes indicadores por setor. ....	58
Tabela A3: Medidas de tendência central de modo geral. ....	59

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Demonstrações financeiras utilizadas.....	40
Quadro 2: Respostas das demonstrações financeiras às necessidades de informação.....	42
Quadro 3: Periodicidade das análises .....	43
Quadro 4: Técnicas utilizadas na análise. ....	44
Quadro 5: Metodologia de tomada de decisão .....	45
Quadro 6: Indicadores para a tomada de decisão .....	46
Quadro 7: Nível de comparação dos resultados das entidades com os do setor.....	47

## ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	– Ativo Corrente
AF	– Autonomia financeira
AT	- Ativo Total
BADF	- Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras
CP	- Capital Próprio
D	– Disponibilidades
DACP	– Demonstração das Alterações no Capital Próprio
DR	– Demonstração dos Resultados
DFC	– Demonstração dos Fluxos de Caixa
E	– Endividamento
EC	– Estrutura Conceptual
GAF	– Grau da Alavanca Financeira
GAO	- Grau da Alavanca Operacional
GCA	– Grau Combinado da Alavanca
I	– Inventário
LC	– Liquidez Corrente
LI	– Liquidez Imediata
LR	– Liquidez Reduzida
NCRF	- Norma Contabilística e de Relato Financeiro
PC	– Passivo Corrente
PT	- Passivo Total
RCP	– Rendibilidade dos Capitais Próprios
RL	- Resultado Líquido
RLV	– Rendibilidade Líquida das Vendas
RO	- Resultado Operacional
ROV	– Rendibilidade Operacional das Vendas
RV	– Rendibilidade das Vendas
SNC	– Sistema de Normalização Contabilística
VN	– Volume de Negócios



## RESUMO

A análise das demonstrações financeiras permite extrair informações que podem auxiliar na tomada de decisão. O objetivo principal do presente estudo consiste em compreender como as empresas angolanas utilizam a análise das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão, uma percepção de empresas financeiras e não financeiras. Como delineamento do estudo utilizou-se a pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. A amostra constituída por 14 entidades, 50% do setor financeiro e 50% do setor não financeiro, foi obtida com a utilização da técnica de amostragem intencional. A entrevista semiestruturada, efetuada aos contabilistas das entidades, foi a técnica de recolha de dados usada. As entrevistas foram efetuadas por *Skype*, *Viber* e telefone no período de março a maio do corrente ano. Os resultados da pesquisa revelam que todas as demonstrações financeiras eram utilizadas como instrumento de controlo de gestão mas nem todas eram usadas por todas entidades e, que as entidades estudadas utilizavam a análise das demonstrações financeiras e faziam-no maioritariamente em períodos trimestrais. Verifica-se, ainda, que os gestores recorriam às demonstrações financeiras para tomar decisões, embora, os gestores das entidades financeiras o fizessem com maior frequência. No entanto, o nível de percepção pelas entidades financeiras quanto à utilização da análise das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão, parece ser mais elevado, sendo que estas entidades observavam o maior nível de utilização das informações fornecidas pelas demonstrações financeiras e ao mesmo tempo obtiveram maiores rendibilidades durante os anos 2011 e 2012, em análise.

**Palavras-chave:** Análise das demonstrações financeiras. Processo de tomada de decisão. Entidades financeiras e não financeiras.

## **ABSTRACT**

The main objective of this study is to understand how the Angolan companies use financial statement analysis in the decision making process, a perception of financial and non-financial companies. We used the descriptive research method with a qualitative approach as study design. The sample consists of 14 entities, 50% are included in the financial sector and 50% are included in the non-financial sector. It was obtained using the purposeful sampling technique. A semi-structured interview technique was used for data collection. The interviews were conducted via Skype, Viber and telephone in the period from March to May of the current year. Respondents are accountants working for the entities under study. The survey results reveal that all financial statements were used as instruments of management control but not all were used by all entities and that the entities studied used the financial statements analysis and they did it mostly in quarterly periods. It also appears that managers resorted to the financial statements to make decisions, although managers of financial institutions do it more often. However, the level of perception by financial institutions regarding the use of financial statement analysis in the decision-making process appears to be higher, and these entities observed the highest level of use of information provided by financial statements and at the same time obtained higher returns for the years 2011 and 2012 under review.

**Keywords:** Analysis of financial statements. Decision-making process. Financial and non-financial entities.

## I. INTRODUÇÃO

Entre várias alternativas, escolher aquelas que melhor se adequam ou favorecem a entidade é um processo pelo qual o gestor passa todos os dias. No entanto, decidir é escolher entre sim ou não, entre fazer ou não fazer, entre ir ou não ir, e no campo financeiro é escolher entre investir ou desinvestir, entre vender ou comprar, mas para que estas escolhas possam ser as mais acertadas possíveis há que ter suporte e base de informações que sejam consideradas credíveis, fiáveis, relevantes e compreensíveis (Baron, 2000; Albaneses, 1981, citados por Braga, 2010). A tomada de decisões é um dos processos mais complexos, pois são inúmeros os elementos que intervêm na decisão e existem diferentes fontes de informação.

Para que se tome uma decisão de forma coerente é necessário que se siga algumas etapas. De acordo Carvalho (2011, p. 189) essas etapas são: “definir o problema em função da inadequação da situação presente ou expectante; identificar a causa do problema; avaliar as medidas alternativas de decisão e suas consequências”. Enquanto Nogueira (2004) refere as seguintes: o envolvimento ou percepção que o decisor detém sobre o problema em causa; o planeamento ou formulação da decisão; a execução ou implementação das mesmas; a avaliação dos resultados.

Num mundo empresarial ou de negócios altamente competitivo a informação é um diferencial que determina um passo à frente dos restantes concorrentes, mas esta informação sobre o estado da entidade só pode ser possível com o uso e análise das demonstrações financeiras (Dantas, 2005). Para Salas (2005) esta análise, numa perspetiva interna, permite à direção da empresa a tomada de decisões e medidas que corrijam os pontos fracos e que amenizem o seu futuro ao mesmo tempo que tira proveito dos pontos fortes; enquanto numa perspetiva externa tem, também, grande utilidade para os agentes interessados de alguma forma na empresa. A decisão é o ponto mais alto de um gestor pois determina o rumo que a empresa seguirá a partir desse momento.

As demonstrações financeiras são importantes e uteis no sentido em que auxiliam os *stakeholders* na obtenção de informações financeiras. Por isso, deverão estar disponíveis de forma a contribuírem para a resposta às necessidades informativas dos gestores e outros agentes tomadores de decisão. No entanto, é imprescindível que a informação contemple um conjunto de características qualitativas, em especial a compreensibilidade, a tempestividade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade, de forma a não comprometer a sua utilidade.

Assegurando o grande contributo das demonstrações financeiras no fornecimento de informações financeiras no que tange ao processo de tomada de decisão por parte dos gestores das entidades, segmentou-se o presente estudo em entidades (financeiras e não financeiras) que operam e movimentam a economia angolana. De acordo com o Decreto-lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro (regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras), em vigor no estado português, as instituições financeiras constituem um intermediário de suma importância na transferência de fundos das entidades que possuem poupanças para aquelas que delas necessitam para financiar os seus investimentos ou seus gastos correntes. Embora o setor financeiro seja aquele que mais cresce na economia angolana, o setor não financeiro é o que tem maior abrangência e maior número de empresas e, também, o que mais contribui para os cofres do Estado quer com impostos quer com elevado número de empregos (KPMG, 2011).

Neste estudo, tal como Lungo e Alves (2013), pretende-se dar resposta à seguinte questão: qual é a perceção que os contabilistas das empresas, financeiras e não financeiras, localizadas em Angola têm sobre a utilização da análise das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão?

Para a execução do objetivo principal detalha-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o papel das demonstrações financeiras;
- Perceber os métodos a ter em conta no processo decisório e os fatores que afetam a decisão;
- Compreender a análise das demonstrações financeiras.

Para dar ênfase ao trabalho adota-se uma abordagem essencialmente qualitativa com aplicação de um estudo de caso descritivo. Para efeito da recolha dos dados, recorre-se à entrevista sendo a mesma efetuada a contabilistas de 14 entidades que atuam no mercado angolano e posteriormente efetua-se a análise de conteúdo da informação obtida.

Espera-se que os inquiridos das entidades estudadas sejam jovens com habilitações literárias ao nível da licenciatura. Espera-se, ainda, que as entidades do setor financeiro sejam de maior dimensão em relação as entidades do setor não financeiro.

No decorrer do estudo espera-se, tal como Lungo e Alves (2013), que os inquiridos reconheçam a importância da análise das demonstrações financeira na tomada de decisões no mundo empresarial, sendo que nas financeiras, o nível de perceção poderá ser mais elevado. Assim, também, como Stroehrer e Freitas (2008), espera-se que as opiniões dos inquiridos das entidades financeiras e não financeiras apresentem divergências nas visões

sobre as informações que são utilizadas no processo de tomada de decisão. Espera-se, tal como Albuquerque *et al* (2013) que os resultados evidenciem que as demonstrações financeiras não são plenamente utilizadas pelas entidades objeto do estudo. Espera-se, ainda, tal como Tartari (2005), que todas as entidades pesquisadas utilizem a análise das demonstrações financeiras no apoio à tomada de decisão e que a maioria utilize as análises em períodos mensais.

Este trabalho contribui para a linha de pesquisa em Contabilidade Financeira do Mestrado em Contabilidade e Finanças da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal somando-se, assim, aos trabalhos já existentes e agregando novos conhecimentos adquiridos na realização da pesquisa exploratória.

O resultado da presente pesquisa pode ser útil a gestores, acionistas, professores, estudantes em contabilidade e finanças e com foco no processo de tomadas de decisão. Pode, ainda, ser útil a profissionais que objetivem compreender como as demonstrações financeiras podem tornar eficaz e eficiente o funcionamento organizacional.

A presente dissertação de mestrado foi estruturada em cinco capítulos:

O primeiro capítulo refere-se à introdução onde são apresentados os objetivos gerais e específicos, metodologia, a importância do tema e a organização do trabalho.

O segundo capítulo contempla a revisão de literatura e foi dividido em três subcapítulos. Aborda-se os conceitos inerentes ao tema, objetivos e importância; outros aspetos inerentes às demonstrações financeiras: a análise das demonstrações financeiras, a análise financeira e a extração de indicadores de rentabilidade, de liquidez, de endividamento e indicadores de alavancagem; e o processo de tomada de decisão.

No terceiro capítulo consta a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. Inclui o método de investigação, a identificação e caracterização da amostra, as técnicas de recolha e análise dos dados.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados obtidos referentes aos indicadores calculados a partir das demonstrações financeiras das entidades estudadas e através das entrevistas aplicadas aos contabilistas das entidades angolanas e a análise comparativa.

No quinto capítulo, apresentam-se as conclusões da pesquisa realizada, as limitações e linhas de investigação futura possíveis.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

O principal objetivo deste capítulo é reunir os conceitos mais relevantes e que melhor se adequam ao estudo a realizar com base em literatura específica de autores que trataram questões relacionados com o tema em causa, ou seja, verificar o estado da arte.

Na primeira parte são apresentados os conceitos fundamentais que afetam as demonstrações financeiras, a seguir discorre-se sobre a tomada de decisão e as respetivas técnicas de análise e, por último, são apresentados estudos relevantes efetuados por vários autores.

### **2.1. As demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras constituem um importante instrumento de apoio à tomada de decisão nas organizações, permitindo o conhecimento da situação financeira e económica. Talvez por essa razão, as demonstrações financeiras divulgadas pelas entidades têm sido objeto de diversos estudos.

Silva e Souza (2011, p. 69) afirmam que: “as demonstrações financeiras também são chamadas de relatórios contabilísticos e são a fonte de informações para análise, servindo de base, inclusive para avaliar possíveis investimentos”. Para Ribeiro (2003) as demonstrações financeiras são relatórios ou quadros técnicos que contêm dados extraídos dos livros, registos e documentos que compõem o sistema contabilístico de uma entidade.

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC), na Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF), define as demonstrações financeiras como uma “representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma entidade”; e no parágrafo 47 da Estrutura Conceptual (EC) (Aviso 15652/2009) do mesmo normativo afirma que: “as demonstrações financeiras retratam os efeitos financeiros das transações e de outros acontecimentos ao agrupá-los em grandes classes de acordo com as suas características económicas”.

Considerando estas definições, verifica-se que a primeira (Ribeiro, 2003) caracteriza as demonstrações financeiras como um quadro técnico de apoio ao sistema de informação de uma entidade, enquanto as extraídas da BADF e da EC (SNC) enquadra-as numa vertente essencialmente financeira. Os documentos são percecionados como sendo uma representação estruturada da posição e do desempenho financeiro organizacional.

Nesta dissertação utiliza-se tanto uma como outra definição.

A Norma Contabilística e de Relato Financeiro 1 (NCRF 1) contém a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras. Esta norma, nos parágrafos 6 a 8, relata a forma como as demonstrações financeiras devem ser identificadas no momento da sua elaboração: “as demonstrações financeiras devem ser identificadas claramente e distinguidas de outra informação no mesmo documento publicada” (§6). “...É importante que os utilizadores consigam distinguir informação que seja preparada a partir das NCRF de outra informação que possa ser útil aos utentes mas não seja objeto desses requisitos” (§7).

De acordo com a NCRF 1 (§8), os elementos que se seguem, devem ser sempre referenciados de forma relevante e “repetida”, para facilitar a compreensão da informação apresentada: a) “O nome da entidade que relata ou outros meios de identificação, e qualquer alteração nessa informação desde a data do balanço anterior; b) Se as demonstrações financeiras abrangem a entidade individual ou um grupo de entidades; c) A data do balanço ou o período abrangido pelas demonstrações financeiras, conforme o que for apropriado para esse componente das demonstrações financeiras; d) A moeda de apresentação, por regra o Euro; e e) O nível de arredondamento, que não pode exceder o milhar de unidades da moeda referida em d) usado na apresentação de quantias nas demonstrações financeiras”.

O mesmo documento (NCRF1) no seu parágrafo 9 alíneas a) e b), vem estabelecer o período em que as demonstrações financeiras devem ser apresentadas, ou seja, o período de relato: “as demonstrações financeiras devem ser apresentadas pelo menos anualmente. Quando se altera a data do balanço de uma entidade e as demonstrações financeiras anuais sejam apresentadas para um período mais longo ou mais curto do que um ano, a entidade deve divulgar, além do período abrangido pelas demonstrações financeiras: a) Razão para usar um período mais longo ou mais curto; e b) O facto de que não são inteiramente comparáveis quantias comparativas da demonstração dos resultados, da demonstração das alterações no capital próprio, da demonstração de fluxos de caixa e das notas do anexo relacionadas”.

De acordo com EC existem dois pressupostos subjacentes à elaboração das demonstrações financeiras, que são:

- Regime do acréscimo (periodização económica): “os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram e não quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos, isto é, os registos são efetuados

não com base no caixa mas sim com base na ocorrência das transações. Sendo assim, informa-se aos utentes não apenas as transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro que seja mais útil aos utilizadores na tomada de decisões económicas” (EC§22).

➤ Continuidade: “as demonstrações financeiras são normalmente preparadas no pressuposto de que uma entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível. Daqui que seja assumido que a entidade não tem nem a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações” (EC §23).

### **2.1.1. Objetivos e importância das demonstrações financeiras**

De acordo com Silva e Souza (2011, p. 68) “as demonstrações financeiras são utilizadas pela gestão da entidade para prestar contas e levar informações sobre o aspeto económico-financeiro aos acionistas, credores, governo e outros interessados ... e apresentam informações úteis que revelam suas operações durante um determinado período de tempo, e quando analisadas facilitam a deteção dos pontos fortes e fracos encontrados na realização da sua atividade quer operacional ou não operacional”. Os autores (Silva e Souza, 2011, p. 69) afirmam, ainda, que as “demonstrações financeiras são os instrumentos utilizados pela contabilidade para expor a situação económico-financeira da empresa e prover aos diversos utentes internos e/ou externos as informações que servem de base para a tomada de decisões”.

No mesmo sentido, segundo Martins (2011 p. 17), as demonstrações financeiras têm como finalidade: “Proporcionar informação útil aos utilizadores; Avaliar a capacidade da entidade gerar dinheiro e equivalentes de dinheiro e da tempestividade e certeza da sua geração; Informar sobre os recursos económicos controlados pela entidade, estrutura financeira, liquidez e solvência”.

De acordo com a BADF do SNC o objetivo das demonstrações financeiras é proporcionar informação acerca da posição e do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma empresa que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisão económica; mostram ainda os resultados As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução, por parte do órgão de gestão, dos recursos a ele confiados.



Para Martins (2011, p. 17) as demonstrações financeiras para atingirem os seus objetivos devem fornecer as informações relativas aos seguintes elementos: “Ativos, Passivos, e Capital Próprio (CP), Rendimentos (réditos e ganhos) e Gastos (gastos e perdas), Demonstração das Alterações no Capital Próprio (DACP), Fluxos de Caixa”.

As definições destes conceitos estão incluídas na EC do SNC. Assim, as definições de ativo, passivo e capital próprio são apresentadas no parágrafo 49 da EC:

- “Ativo: é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros;
- Passivo: é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um exfluxo de recursos da entidade incorporando benefícios económicos;
- Capital próprio: é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos”.

Enquanto as definições de rendimentos e gastos são apresentadas no parágrafo 69 a) da mesma EC:

- Rendimentos: “são aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio”. A mesma Estrutura (§72) segmenta os rendimentos em réditos e ganhos, definindo os primeiros como aqueles rendimentos que provêm do decurso das atividades correntes (ou ordinárias) de uma entidade sendo referidos por uma variedade de nomes diferentes incluindo vendas, honorários, juros, dividendos, royalties e rendas”.

- Os Gastos (gastos e perdas): “são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de exfluxos ou deprecimentos de ativos na incorrência de passivos que resultem em diminuições do capital próprio, que não sejam relacionadas com distribuições aos participantes no capital próprio” (b do § 69 da EC do SNC).

A distinção entre gastos e perdas é apresentada na EC do SNC (§ 76) da seguinte forma: “a definição de gastos engloba perdas assim como aqueles gastos que resultem do decurso das atividades correntes (ou ordinárias) da entidade. Os gastos que resultem do decurso das atividades ordinárias da entidade incluem, por exemplo, o custo das vendas, os salários e as depreciações. Tomam geralmente a forma de um exfluxo ou deprecimento de ativos tais como dinheiro e seus equivalentes, inventários e ativos fixos tangíveis”.

De acordo com a EC (§80) as alterações na estrutura financeira, normalmente mostram elementos da demonstração dos resultados e modificações nos elementos patrimoniais.

Para entender a importância das demonstrações financeiras importa identificar os seus utilizadores e os requisitos essenciais porque se deve pautar essa informação. Assim, de acordo com a EC do SNC (§9), os *stakeholders* interessados nas demonstrações financeira da empresa para a possível tomada de decisão são:

“(a) Investidores — Os fornecedores de capital de risco e os seus consultores estão ligados ao risco inerente e ao retorno proporcionado pelos seus investimentos. Necessitam de informação para os ajudar a determinar se devem comprar, deter ou vender. Os acionistas estão também interessados em informação que lhes facilite determinar a capacidade da entidade pagar dividendos.

(b) Empregados — Os empregados e os seus grupos representativos estão interessados na informação acerca da estabilidade e da lucratividade dos seus empregadores. Estão também interessados na informação que os habilite a avaliar a capacidade da entidade proporcionar remuneração, benefícios de reforma e oportunidades de emprego.

(c) Mutuantes — Os mutuantes estão interessados em informação que lhes permita determinar se os seus empréstimos, e os juros que a eles respeitam, serão pagos quando vencidos.

(d) Fornecedores e outros credores comerciais — Os fornecedores e outros credores estão interessados em informação que lhes permita determinar se as quantias que lhes são devidas serão pagas no vencimento.

Os credores comerciais estão provavelmente interessados numa entidade durante um período mais curto que os mutuantes a menos que estejam dependentes da continuação da entidade como um cliente importante.

(e) Clientes — Os clientes têm interesse em informação acerca da continuação de uma entidade, especialmente quando com ela têm envolvimento a prazo, ou dela estão dependentes.

f) Governo e seus departamentos — O Governo e os seus departamentos estão interessados na alocação de recursos e, por isso, nas atividades das entidades. Também exigem informação a fim de regular as atividades das entidades, determinar as políticas de tributação e como base para estatísticas do rendimento nacional e outras semelhantes.

(g) Público — As entidades afetam o público de diversos modos. Por exemplo, podem dar uma contribuição substancial à economia local de muitas maneiras incluindo o número de pessoas que empregam e patrocinar comércio dos fornecedores locais. As demonstrações financeiras podem ajudar o público ao proporcionar informação acerca das tendências e desenvolvimentos recentes na prosperidade da entidade e leque das suas atividades”.

Quanto aos requisitos essenciais da informação financeira, a EC identifica-os como “características qualitativas das demonstrações financeiras” e define-os como “os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes”. Acrescenta que “as quatro principais são a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade” (§ 24). Nos parágrafos 25 a 46 deste mesmo normativo encontra-se as definições de cada uma delas:

-Compreensibilidade: “Uma qualidade essencial da informação proporcionada nas demonstrações financeiras é a de que ela seja rapidamente compreensível pelos utentes. Para este fim, presume-se que os utentes tenham os seguintes pressupostos: os utentes têm um razoável conhecimento das atividades económico - empresariais e da contabilidade, e vontade de estudar a informação com razoável diligência”.

-Relevância: “Para ser útil, a informação tem de ser relevante para a tomada de decisões dos utentes. A informação tem a qualidade da relevância quando influencia as decisões económicas dos utentes ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros ou confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas”.

-Fiabilidade: “Para que seja útil, a informação também deve ser fiável. A informação tem a qualidade da fiabilidade quando estiver isenta de erros materiais e de preconceitos, e os utentes dela possam depender ao representar fidedignamente o que ela ou pretende representar ou pode razoavelmente esperar -se que represente”.

### **2.1.2. Conjunto completo de demonstrações financeiras**

De acordo com a EC do SNC (§8), um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui: balanço; demonstração dos resultados (DR); demonstração das alterações no capital próprio (DACP); demonstração dos fluxos de caixa (DFC); e anexos. Todas estas demonstrações são retratadas na NCRF 1, com exceção da DFC que é desenvolvida na NCRF 2.

*O balanço:* é um instrumento contabilístico que apresenta ou demonstra a posição financeira da entidade num determinado período de tempo. O balanço para poder retratar a respetiva situação, mostra de forma contabilística os ativos (bens e direitos, ou seja, aquilo que a organização possui), os passivos (as suas dívidas) e evidencia a diferença entre ambos (Salas, 2005).

O balanço é como uma fotografia da entidade. A partir desta ferramenta os gestores podem aceder a informações úteis à sua atividade e a partir daí passam a ter uma ideia mais ampla dos meios monetários disponíveis, do estado das suas dívidas e das suas fontes de financiamento.

Neves (2000) defende que o balanço de uma entidade retrata três ideias cruciais: A comparação entre o ativo e o passivo, evidenciando o capital próprio; um conjunto de contas, com valores de sinal contrário, em equilíbrio; e um mapa ou documento em que se representa aquela comparação e o equilíbrio de contas.

É de notar que o balanço é constituído por bens e direitos que compõem o ativo, as obrigações que constituem o passivo e a situação líquida correspondente ao capital próprio. O capital próprio e o passivo representam as origens de capital e o ativo as devidas aplicações.

De acordo com a NCFR 1 (§10) “uma entidade deve apresentar ativos correntes e não correntes, e passivos correntes e não correntes, como classificações separadas na face do balanço”. Adiante (§14) a norma determina as condições que levam a considerar um ativo como corrente: “(a) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou (d) É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço”.

Os elementos que não se enquadram neste âmbito podem ser considerados como ativo não corrente (§14).

O mesmo normativo (§17) determina que um elemento deve ser considerado como passivo corrente quando: “(a) Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou (d) A

entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço”.

Os restantes passivos devem ser entendidos como não correntes (§17).

*Demonstração dos resultados:* A demonstração dos resultados também pode ser chamada de demonstração dos resultados do período. Segundo Gitman (2010, p. 102) “fornece um resumo financeiro dos resultados operacionais da entidade durante um período específico de tempo, sendo mais comum o período que vai até 31 de Dezembro de cada ano”. Portanto, com este documento avalia-se a eficiência económica da entidade.

Com a implementação do SNC, este documento contabilístico também foi modificado, adotou-se um formato vertical em substituição do formato horizontal. De acordo com a NCRF 1 (§35) “uma entidade não deve apresentar itens de rendimento e de gasto como itens extraordinários, quer na face da demonstração dos resultados quer no anexo”, o que constitui uma alteração significativa relativamente ao Plano Oficial de Contabilidade (POC) que permitia o reconhecimento de elementos como extraordinários.

A demonstração dos resultados é uma verdadeira combinação entre rendimentos e gastos de forma a saber-se qual o resultado da entidade no final de um determinado período de tempo. Isto é, a utilização da demonstração dos resultados permite realçar os seguintes aspetos: o crescimento de cada resultado, indicando rubrica a rubrica o valor produzido pela entidade; e os custos fixos e variáveis possibilitando, o estudo dos seus efeitos na criação da rentabilidade de exploração do negócio.

*Demonstração dos fluxos de caixa:* é um balanço integrante do conjunto completo das demonstrações financeiras, sendo desenvolvida exclusivamente na NCRF 2. De acordo com Kuster e Nogacz (2002) esta demonstração “é um instrumento que permite ao gestor monitorar a evolução do equilíbrio ou desequilíbrio entre a entrada e saída de dinheiro durante um determinado período, possibilitando a adoção antecipada de medidas que venham assegurar a disponibilidade de recursos para o suprimento das necessidades de caixa”. Para estes autores “toda a atividade realizada por uma entidade resume-se na entrada e saída de dinheiro e é nesse jogo de entra e sai que o Fluxo de Caixa é importante, uma vez que ajuda-nos a perceber antecipadamente quando vão faltar ou sobrar recursos”.

De acordo a NCRF2 (§7 e 8) a demonstração dos fluxos de caixa tem como objetivo principal “relatar os fluxos de caixa do período, classificando-os quanto ao seu destino ou origem por tipo de atividade, proporcionando deste modo informação que termite determinar o impacto dessas atividades na posição financeira da entidade e quantias de

caixa e seus equivalentes”. Segundo Almeida *et al.* (2010) este documento contábilístico auxilia os *stakeholders* a obter informações concernentes à: necessidade de recurso ao financiamento externo; capacidade de gerar fluxos de caixa positivos no futuro; relação entre o resultado patentado nos documentos de prestação de contas e os fluxos líquidos de caixa originados pelas atividades operacionais, de investimento e de financiamento; capacidade da empresa em solver os compromissos e pagar dividendos; explicação das variações ocorridas na situação financeira entre o início e o final de um período contábilístico.

A NCRF 2 (§3) apresenta e define os seguintes elementos que integram a demonstração dos fluxos de caixa de forma a permitir a sua compreensão:

**“Atividades de financiamento:** são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio contribuído e nos empréstimos obtidos pela entidade.

**Atividades de investimento:** são a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

**Atividades operacionais:** são as principais atividades produtoras de réditos da entidade e outras atividades que não sejam de investimento ou de financiamento.

**Caixa:** compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem.

**Equivalentes de caixa:** são investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

**Fluxos de caixa:** são influxos (recebimentos, entradas) e efluxos (pagamentos, saídas) de caixa e seus equivalentes”

Com o POC, a demonstração dos fluxos de caixa podia ser apresentada pelo método direto e/ou pelo método indireto, mas o SNC veio determinar que os fluxos de caixa das atividades operacionais sejam relatados pelo método direto.

Esta demonstração é de divulgação obrigatória, e hoje é considerada uma das mais importantes por revelar as diferentes fontes de entrada e os diferentes destinos de saída de meios monetários na entidade.

*A demonstração das alterações no capital próprio:* evidencia as alterações no capital próprio ocorrido no período. A NCRF 1 (§40) refere que: “as alterações no capital próprio de uma entidade entre duas datas do balanço refletem o aumento ou a redução nos seus ativos líquidos durante o período. Com a exceção das alterações resultantes de

transações com detentores de capital próprio agindo na sua capacidade de detentores de capital próprio (tais como contribuições de capital, reaquisições de instrumentos de capital próprio da entidade e dividendos) e dos custos de transação diretamente relacionados com tais transações, a alteração global no capital próprio durante um período representa a quantia total de rendimentos e gastos, incluindo ganhos e perdas, gerada pelas atividades da entidade durante esse período”.

Para Grenha *et al.* (2009, p. 272) as variações no capital próprio têm três origens possíveis: “as que resultam das transações com detentores de capital próprio, na sua figura e capacidade de detentores; o resultado líquido que representa a diferença entre rendimentos e gastos em cada período, ou seja, a gerada pelas atividades da entidade; Todas as alterações que são geradas pelas atividades da entidade mas que não transitam pela demonstração dos resultados”.

Esta demonstração financeira introduz o conceito de resultado integral que, tal como dispõe a NCRF 2 (§41), é composto pelo resultado líquido do período e pelas variações (alterações) ocorridas em capital próprio não diretamente relacionadas com os detentores de capital, agindo enquanto tal.

*O anexo:* é um documento que está fortemente ligado às demais demonstrações financeiras. Nele é divulgada “informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras e políticas contabilísticas usadas, e outras divulgações exigidas pelas NCRF que não sejam apresentadas noutras demonstrações financeiras. Serve, também para “proporcionar informação adicional que não seja apresentada” noutras demonstrações financeiras “mas que seja relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas” (NCRF 1, §43).

Ainda de acordo com a NCRF 1 (§ 45) “as notas do anexo devem ser apresentadas pela seguinte ordem: a) Identificação da entidade; b) Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras; c) Principais políticas contabilísticas; d) Informação de suporte de itens apresentados na face as demonstrações financeiras; e) Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos; f) Divulgações exigidas por diplomas legais; g) Informações de carácter ambiental”.

Portanto, cada entidade deve conceber a estrutura e a forma de organização alfanumérica dos seus anexos de modo a encontrar a melhor estrutura e que a facilite na obtenção de dados e/ou informações adicionais às outras demonstrações financeiras.

## **2.2. Análise das demonstrações financeiras**

Para Salas (2005, p. 7) “a análise das demonstrações financeiras, também conhecida como análise económico-financeiro, análise de balanços ou análise contabilística, é um conjunto de técnicas utilizadas para diagnosticar a situação e perspectivas da entidade com a finalidade de tomar decisões mais adequadas”. Rosillón e Alejandra (2009) e Rego (2005) defendem esta mesma posição. Rosillón e Alejandra (2009, p. 610) acrescentam, ainda, que “a utilização de ferramentas e técnicas adequadas procura avaliar a posição financeira e os resultados da atividade empresarial no presente e passado para se obter as melhores estimativas para o futuro”. Segundo Rego (2005, p. 72) “esta análise é relativa e somente, por comparações históricas com outras entidades e com o setor, poderá indicar qual a real condição da entidade. Nenhum indicador é bom ou ruim isoladamente”.

Para autores como Bernstein e Wild (1998) a análise das demonstrações financeiras visa reduzir a dependência de palpites e intuição e, por sua vez, diminuir a incerteza na tomada de decisão, pois deteta forças e fraquezas económicas e financeiras da entidade, sendo deste modo a terapia precisa para a entidade.

Para Silva e Souza (2011) a análise das demonstrações financeiras é feita tendo em conta algumas técnicas, a fim de transformar os dados em informações que sejam de maior e melhor utilidade para os *stakeholders*. As técnicas mais utilizadas para a análise das demonstrações financeiras são a análise financeira, a análise horizontal e a análise vertical. Apenas a primeira será objeto de reflexão neste trabalho.

De acordo com Deari (2010); Pinho e Tavares (2005); Salas (2005); entre outros, as informações proporcionadas pelas demonstrações financeiras servem como fonte de dados para o analista financeiro, em conjunto com outras fontes.

Segundo Rosillón e Alejandra (2010, p. 610) esta análise tem como objetivos: analisar a tendência das variáveis financeiras e operacionais envolvidas na entidade; avaliar a sua situação económica e financeira para determinar o nível de cumprimento de metas pré-determinadas; verificar a consistência das informações financeiras com a realidade da entidade; identificar os problemas existentes, implementar medidas corretivas adequadas e servir de guia para um planeamento de gestão financeira eficiente e eficaz. Pinho e Tavares (2005, p. 51) acrescentam que a mesma análise “permite uma compreensão simultânea mais rápida e profunda das informações disponíveis, sempre com vista à sua utilidade percebida pelos utilizadores”.



Schier (2007, p. 57) considera que a “análise das demonstrações financeiras extrai o máximo possível de informações, através da interpretação dos dados disponibilizados pelas demonstrações contabilísticas e financeiras, tratadas em conformidade com os princípios da contabilidade”. Esta análise fornece informações aos investidores e acionistas para a tomada de decisão. Silva e Souza (2011) acrescentam que é possível realizar a análise de todas as demonstrações financeiras, no entanto, normalmente as atenções concentram-se, de forma especial, no balanço e na demonstração dos resultados, pois é através destes que se evidencia de uma forma objetiva, a situação económico-financeira da entidade.

Morozini *et al* (2006, p. 90) defendem que “é preciso estar sempre muito atento quando está em causa a análise das demonstrações financeiras que deve ser tratada com cuidado, pois não existe um roteiro padronizado”. Os autores acrescentam que “os limites e desafios da análise das demonstrações financeiras têm sido objeto de estudos e pesquisas, faz-se necessária a compreensão da função e do objetivo da análise dentro da gestão empresarial, em que esse instrumento deve gerar informações comprometidas com a continuidade e com o desenvolvimento sustentável dos negócios ou da entidade”.

Rosillón e Alejandra (2010, p. 610) e Pinho e Tavares (2005, p. 51) referem que para a análise financeira podem ser enumeradas duas metodologias fundamentais: “verificação de alguns agregados de demonstrações financeiras; e, cálculo e análise de indicadores económicos e financeiros”. Pinho e Tavares (2005) acrescentam que é imprescindível a experiência e o bom senso do analista para a obtenção de análises fiáveis e úteis.

De acordo com Gitman (2010) a análise de indicadores envolve métodos, cálculos e interpretações de indicadores financeiros para compreender, analisar e monitorar a *performance* da entidade. O autor acrescenta, ainda, que indicador é a relação entre um grupo de contas das demonstrações financeiras que busca informar sobre a situação económico-financeira da empresa. Dentre os vários grupos encontram-se indicadores de rentabilidade, de liquidez, de endividamento e indicadores de risco. Assim, em seguida reflete-se sobre estes indicadores.

**Indicadores de rentabilidade:** os elementos deste grupo mostram a rentabilidade dos capitais investidos, ou seja, permitem verificar o grau de êxito económico da entidade e ver, também, o retorno dos investimentos efetuados. Neste grupo de indicadores encontra-se: a rentabilidade líquida das vendas (RLV), rentabilidade operacional das vendas (ROV) e a rentabilidade dos capitais próprios (RCP).

*Rendibilidade líquida das vendas:* para Pinho e Tavares (2005) este indicador visa informar o que se denomina de ganho ou lucro da entidade após a dedução de todos os gastos da entidade. Segundo Madeiros *et al* (2012) este é um indicador que relaciona o resultado líquido (RL) e o volume de negócios.

$$\text{Rendibilidade líquida das vendas} = \frac{\text{Resultado líquido}}{\text{Volume de negócios}} \times 100$$

Não é confortável para a entidade que este indicador seja baixo, pelo que quanto maior melhor.

*Rendibilidade operacional das vendas (ROV):* segundo Pinho e Tavares (2005, p. 63) “este indicador permite refletir em que medida a margem bruta é reduzida, após a dedução de todos os gastos operacionais”. Este indicador relaciona o resultado operacional (RO) com o volume de negócios (VN).

$$\text{Rendibilidade operacional das vendas} = \frac{\text{Resultado operacional}}{\text{Volume de negócios}} \times 100$$

Este indicador é muito importante para a entidade, sendo que quanto maior melhor é a condição económica da entidade.

*Rendibilidade dos capitais próprios:* segundo Nabais e Nabais (2011, p. 103) “este indicador relaciona o nível de resultados líquidos gerados pela entidade em função do montante investidos pelos sócios ou acionistas (CP) ”. Afirmam, ainda, que este indicador é muito utilizado pelos bancos e pelos investidores.

$$\text{Rendibilidade dos capitais próprios} = \frac{\text{Resultado líquido}}{\text{Capitais próprios}} \times 100$$

Este é um dos indicadores mais utilizados para medir a rendibilidade da entidade, sendo que quanto maior melhor.

**Indicadores de liquidez:** de acordo com Nabais e Nabais (2011, p. 166) e Rosillón e Alejandra (2010) “liquidez é a capacidade que a entidade possui de fazer face aos compromissos com terceiros, indica ainda o risco corrido pelos credores em resultado da concessão de créditos a entidade”.

Matarazzo (2003, p. 164) realça que “os indicadores de liquidez não são indicadores extraídos do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas de dinheiro”. Para o autor são indicadores que, a partir do confronto dos ativos correntes com as dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira de uma entidade. Por sua vez,

uma empresa com bons indicadores de liquidez tem de ter boa capacidade de cumprir com as suas obrigações financeiras com terceiros, mas fá-lo, obrigatoriamente, em função de outros fatores como prazo, renovações de dívidas e as vezes também por causa das políticas de gestão adotadas”.

Entre os indicadores de liquidez pode-se considerar: a liquidez corrente (LC), a liquidez imediata (LI) e a liquidez reduzida (LR).

*Liquidez corrente (LC)*: mostra a relação direta entre ativo corrente (AC) e passivo corrente (PC). Este indicador representa o quanto foi aplicado em bens e direitos e quanto a entidade deve a curto prazo.

$$Liquidez\ corrente = \frac{\text{Ativo corrente}}{\text{Passivo corrente}}$$

Sendo que, quanto maior melhor. Para Pinho e Tavares (2005) em abstrato essa visão é verdadeira mas há que complementa-la com informações adicionais, como setor de atividade e outras.

*Liquidez imediata (LI)*: Para Pinho e Tavares (2005) este indicador mede a capacidade financeira da entidade em pagar as suas dívidas imediatamente usando as disponibilidades sem ter em consideração os outros elementos do ativo corrente. Segundo Santos e Oliveira (2010) este indicador relaciona as disponibilidades com o passivo corrente.

$$Liquidez\ imediata = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo corrente}}$$

É evidente que o valor ideal depende do setor de atividade em que a entidade se insere.

*Liquidez reduzida (LR)*: Segundo Santos e Oliveira (2010, p. 40) “tem como objetivo apresentar a capacidade de pagamento da entidade no curto prazo sem levar em conta os inventários (I), que são considerados como elementos menos líquidos do ativo corrente”. Para Rosillón e Alejandra (2009) o indicador é a relação entre clientes e disponibilidades com o passivo de curto prazo.

$$Liquidez\ reduzida = \frac{\text{Ativo corrente} - \text{Inventários}}{\text{Passivo corrente}}$$

Assim como os outros indicadores deste grupo quanto maior, também, pode ser melhor mas deve levar-se sempre em conta o setor, pois há setores que permitem maior índice de liquidez enquanto outros exigem menor índice.

**Indicadores de endividamento:** Segundo Pinho e Tavares (2005, p. 67) fazem parte deste grupo o endividamento (E) e autonomia financeira (AF), sendo que “este grupo de indicadores mensura em que medida os ativos são financiados por capitais próprios ou por capitais alheios, aprofundando a tipificação desses capitais alheios”. Para Rosillón e Alejandra (2009, p. 618) “o endividamento relaciona o passivo total (PT) pelo ativo total (AT)”.

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo total}}{\text{Ativo total}} \times 100$$

Avalia de forma rápida se a empresa possui condições para endividar-se e se os capitais próprios conseguem financiar os capitais alheios de curto médio e longo prazo.

*Autonomia financeira:* Para Nabais e Nabais (2004, p. 61) “este indicador é um fator relevante na análise e na contratação de operações de financiamento e é um elemento importante na avaliação do risco financeiro e global da empresa”. Para os mesmos autores este indicador relaciona os capitais próprios com o total de ativos aplicados.

$$\text{Autonomia financeira} = \frac{\text{Capitais próprios}}{\text{Ativo total}} \times 100$$

Segundo Pinho e Tavares (2005, p. 67) este indicador é o complemento do endividamento, visto que “quanto maior o valor deste indicador maior a proporção de capitais próprios aplicados, o que implica dizer há menor risco de insolvência a prazo”. De acordo com estes autores, não existem medidas predefinidas.

**Indicadores de risco:** Estes indicadores medem o risco que a empresa corre de não concretizar os seus objetivos económicos e financeiros. Destaca-se, assim, o grau de alavanca operacional (GAO), o grau da alavanca financeira (GAF) e o grau combinado da alavanca (GCA).

*Grau da alavanca operacional:* para Pinho e Tavares (2005, p. 74) este indicador “mede a variabilidade percentual dos resultados operacionais face a variações percentuais unitárias do volume de negócios” e “se não há gastos fixos o grau da alavanca operacional terá o limite de um, portanto, quanto maior o indicador maior é o peso dos gastos fixos e maior o risco operacional da entidade” (Nabais e Nabais, 2004, p. 92).

$$\text{Grau da alavanca operacionais} = \frac{\text{Margem bruta}}{\text{Resultados operacionais}} \times 100$$

Quanto maior for este indicador maior será o risco da entidade, ainda, que a entidade tenha um grande volume de negócios.

*Grau da alavanca financeira:* segundo Pinho e Tavares (2005, p. 75) este indicador “mede a variação ocorrida nos resultados correntes (RC) derivados de variações percentuais unitárias nos resultados operacionais”.

$$\text{Grau da alavanca financeira} = \frac{\text{Resultados operacionais}}{\text{Resultados correntes}} \times 100$$

Este indicador quanto menor for menor será o risco financeiro da entidade, demonstrando menor variação do resultados correntes.

*Gau combinado de alavanca (GCA):* para Pinho e Tavares (2005, p. 75) é o efeito combinado do GAO e GAF, sendo que “mede a variação percentual ocorrida nos resultados correntes de variações percentuais unitárias no volume de negócios”.

$$\text{GCA} = \text{GAO} \times \text{GAF}$$

Segundo Caldeira (2001) este indicador evidencia se os resultados da entidade se situam a um nível inadequado ao cumprimento dos seus objetivos essenciais. Para o mesmo autor o risco global será maior quanto mais elevados forem os seus gastos fixos, GAO e GAF.

A análise destes indicadores permite, tal como referem Nabais e Nabais (2011, p. 17) “estudar a situação económico-financeira da entidade através do estudo dos documentos contabilísticos e dotar os responsáveis da organização e outras entidades de informação financeira adequada para a tomada de decisão”.

### **2.3. A tomada de decisão**

A decisão é o processo que determina o rumo quer da sociedade, quer do individuo e/ou principalmente de uma organização. Mas para Miglioli (2006, p. 39) “tomar decisões faz parte de qualquer atividade humana, desde a ação individual mais simples e rotineira, à ação conjunta e complexa de qualquer organização. Em cada situação poderão estar envolvidos problemas distintos com diferentes níveis de dificuldade para se tomar uma decisão”.

Miglioli (2006, p. 43) defende que “as decisões de gestão afetam diretamente a sobrevivência das empresas assim como a vida de todos os que estão relacionados com a mesma sejam eles empregados, acionistas, fornecedores, clientes ou até a própria

sociedade. Por este motivo, o processo de decisão numa entidade é importante a uma escala maior do que apenas para o seu ambiente interno”.

Para Baron (2000, citados por Braga, 2010) tomar uma decisão não é mais do que fazer escolhas dentre várias alternativas, é escolher entre o sim e o não, entre fazer e não fazer, entre ir e não ir, e no campo financeiro é escolher entre investir e desinvestir, entre vender e comprar, entre financiar-se com capitais próprios ou com capitais alheios. Toma-se decisões para se alcançar objetivos preconizados.

Para Miglioli (2006, p. 44) “as decisões são atos de poder uma vez que definem estratégias, deslocam recursos, conduzem o destino de organizações e de pessoas, o que significa que os decisores assumem uma dimensão política semelhante à de um Governo. Este papel exige liderança, comunicação efetiva, partilha de objetivos e habilidade de negociação constante para contornar os diversos conflitos de interesses que surgem ao longo do processo”.

A importância da tomada de decisão nas entidades é muito clara e é perceptível com facilidade pois pode-se verificar os diferentes rumos que cada entidade toma, o que elas produzem, as políticas adotadas, os diferentes problemas e a forma como cada uma delas os ultrapassa, ou seja, todo o andamento das entidades é determinado por uma decisão. Porém, as entidades devem sempre decidir sobre alguma coisa, muitas vezes errarão mas também na maioria das vezes tomarão ótimas decisões. Como é lugar-comum observar-se: mais vale uma decisão mal tomada do que uma decisão não tomada.

Para Carvalho (2011) sempre que se fala em decisão empresarial, vem à mente a figura dos gestores que são pagos para tomarem decisões e se forem sempre acertadas melhor; tomar decisão significa correr riscos e os gestores têm que saber conviver com isto mesmo sabendo que podem cometer erros a qualquer momento.

O processo de tomada de decisão exige algumas competências entre as quais são de destacar as seguintes: “lucidez quanto ao problema, à sua importância e prioridade, informação adequada, comunicação eficaz e controlo de execução” (Carvalho, 2011, p. 189). Tais competências também são conhecidas como: competências técnicas, humanas e conceituais, qualidades estas que permitem aos decisores terem maior sensibilidade sobre o que é melhor para a entidade. Carvalho (2011) afirma, ainda, que para se prosperar como gestor não se deve responder ou encarar as dificuldades com medo, mas deve-se vislumbrar as oportunidades e ultrapassar o medo de fracassar para se combater as turbulências.

Para Gontijo e Maia (2004, p. 27) o sucesso no processo de tomada de decisão depende fundamentalmente dos seguintes elementos: “responsabilidades, perante a lei e penalidades; especialização, conhecimento teórico e experiência dos tomadores de decisão; coordenação, a comunicação das diretrizes e especificações que devem ser cumpridas e a coordenação do processo de decisão; respaldo, para garantir eventuais fracassos; tempo, prazos exíguos podem minimizar a incerteza mas podem também aumentar o risco de uma decisão apressada, mas longos prazos podem trazer novas perspectivas de decisão e aumentar o nível de incerteza”.

Para que se tome bem uma decisão é necessário seguir determinadas etapas que variam de autor para autor. Para Carvalho (2011, p. 189) essas etapas incluem: “(1) Definir o problema em função da inadequação da situação presente ou expectante; (2) Identificar a causa do problema; (3) Avaliar as medidas alternativas de decisão e suas consequências”. Nogueira (2004) enuncia as seguintes etapas: (1) O envolvimento ou percepção que o decisor detém sobre o problema em causa; (2) A planificação ou formulação da decisão; (3) A execução ou implementação das mesmas; (4) A avaliação dos resultados.

Braga (2010) apresenta um conjunto de autores que ilustram diferentes etapas da decisão, por exemplo:

- Morris (1971): (1) Percepção do problema; (2) Estabelecimento de objetivos; (3) Diagnóstico da causa do problema; (4) Procura de soluções alternativas; (5) Avaliação das consequências esperadas; (6) Escolha da melhor solução; (7) Implementação da escolha; (8) Avaliação da solução do problema;

- Chase (1992): (1) Considerar ou analisar o problema, definir os objetivos; (2) Consultar todos aqueles que são abrangidos pela decisão, envolvendo-os no processo; (3) Comprometer, assegurando que todas as ações necessárias à decisão serão desencadeadas; (4) Comunicar, de forma que todos percebam o que foi decidido e porquê; (5) Controlar, para que a decisão funcione através de uma liderança atuante.

Verifica-se, assim, que as decisões passam por diferentes etapas relativamente às quais não existe unanimidade na literatura. Há três condições nas quais se pode tomar decisões: condições de certeza, incerteza e risco. De acordo com Braga (2010, p. 19) “toma-se uma decisão em condição de certeza quando o decisor está completamente informado acerca do problema, conhece as soluções alternativas e estas são óbvias e os resultados esperados para cada solução são facilmente antecipados”, a coisa mais fácil do mundo é decidir nestas condições. O autor afirma que “o mesmo acontecerá com

difficuldade quando o indivíduo estiver desprovido de informação suficiente e necessária para atribuir probabilidades aos resultados das soluções alternativas, isto é, quando não conseguir definir o problema, identificar as soluções alternativas e antecipar possíveis resultados das mesmas”. Nogueira (2004) refere que esta situação é frequente quando se entra em novos mercados e se lança novos produtos, nomeadamente os que requerem o uso de novas tecnologias ou atuam em setores altamente imprevisíveis. Segundo Braga (2010), sob a condição de risco, o decisor pode estar informado sobre o problema, conhecer alternativas e os resultados esperados para cada solução, por sua vez esta condição implica estar entre os dois extremos: uma solução bem conhecida e definida, ou uma solução invulgar e ambígua.

Toda a decisão deve ser muito bem analisada para que não se caia no supérfluo, isto é, para que se possa resolver os problemas que realmente afetam ou que poderão afetar o funcionamento normal da entidade.

Perante um mundo dinâmico, globalizado e perante a nova sociedade de informação, os elementos anteriormente utilizados para tomar decisões são alterados e substituídos por outros que espelham melhor a situação que se quer resolver.

Hoje a tomada de decisões é um dos processos mais complexos, pois são inúmeros os elementos que intervêm na decisão mas, entre eles, destaca-se a informação.

Para Carvalho (2011, p. 187) “tomar decisão significa fazer alguma escolha que envolve risco, e a informação permite mitigar o risco das escolhas não muito acertadas, de modo a maximizar o resultado da decisão tomada”.

Mas quase sempre que se fala em informação estão implicitamente incluídos dados e conhecimento, que são elementos correlacionados com a informação.

Para Dantas (2013, p. 4) “a informação tornou-se o diferencial não apenas para manter as entidades no mercado mas, também, para auxiliá-las na organização das tarefas do dia-a-dia. Vale a pena lembrar que o sucesso da organização não depende somente das informações disponíveis, mas sim de saber recolher, organizar, analisar e implementar as mudanças com base nas informações que serão utilizadas para a melhoria contínua das suas atividades”.

A informação é o “ resultado do encontro de uma situação de decisão com um conjunto de dados ou seja, são dados contextualizados que visam fornecer uma solução para determinada situação de decisão” (Angeloni 2003, p.18). E para que uma informação seja valiosa tem que comportar as seguintes características: “Pertinência, o interesse prático



na preparação da decisão; Exatidão, traduzida no seu grau de precisão e confiabilidade; Destinatário, sobretudo o principal utilizador da informação; Convergência com outras informações ou dados complementares; Prazo de transmissão ao destinatário” (Carvalho, 2011, p. 187).

Segundo Stroeher e Freitas (2008) e Angeloni (2003) para que uma informação seja considerada útil na tomada de decisão deve ser relevante e fiável, isto é, deve traduzir o verdadeiro estado da entidade e traduzi-la de forma ampla.

As decisões financeiras carecem de informações financeiras que, por sua vez, são fornecidas pela contabilidade que funciona como um sistema de informação financeira. “Num sistema de contabilidade, os eventos económicos são as fontes básicas da informação contabilística e ou financeira; o contabilista atua como transmissor, observando esses eventos e codificando-os para transmitir a informação por meio dos relatórios contabilísticos” (Stroeher e Freitas, 2008, p. 5). Mas “tais informações teriam de ser úteis para prever, comparar, avaliar a capacidade de uma entidade em gerar riqueza futura e julgar a habilidade do administrador em utilizar os recursos da entidade com eficiência no atendimento de seu objetivo principal” (Stroeher e Freitas, 2008, p. 6). Stroeher e Freitas (2008) defendem ainda que a informação financeira é apresentada de diversas formas tais como: demonstrações financeiras, registos permanentes e sistemáticos, documentos, livros, folhas de cálculo, listagens, diagnósticos e descrição crítica. Cada órgão de decisão deve determinar que tipo de informação financeira lhe é útil (relevante e fiável) para o processo de tomada de decisão. Deve saber que decisão pretende tomar; que informações são necessárias para o processo; e deve acima de tudo ter a capacidade de processar as informações que tem na sua posse.

Os dados fornecidos pela contabilidade necessitam ser transformados para posterior análise e utilização na tomada de decisão. Para isso importa fazer a análise das demonstrações financeiras para extrair elementos que consigam descrever o passado, apresentar o presente e prevenir o futuro.

Para além da informação e dos elementos acima referidos podem afetar ainda a decisão o comportamento dos decisores, por isso, é que hoje as finanças comportamentais estão a ganhar cada vez mais espaço, principalmente com a teoria do prospecto; há ainda a questão da racionalidade e outros fatores que podem afetar a tomada de decisão.

## 2.4. Estudos anteriores

Neste ponto são apresentados alguns estudos efetuados sobre a análise das demonstrações financeiras e a tomada de decisão com o intuito de se ter uma ideia geral do trabalho recente realizado nesta área.

Madeiros *et al* (2005) realizaram a análise das demonstrações financeiras de um escritório de advocacia, com o objetivo de verificar a sua situação financeira. Para o efeito usaram o método misto (qualitativo e quantitativo), descritivo e de estudo de caso. Constataram que os indicadores de liquidez do escritório não apresentavam uma situação favorável; os índices de estrutura de capital foram considerados dentro do esperado; e os indicadores de rentabilidade apresentavam resultados satisfatórios.

Tartari (2005) estudou os elementos da análise das demonstrações financeiras que eram utilizados no processo de gestão das maiores indústrias do setor de confecções do Estado do Paraná (Brasil). Utilizou a pesquisa descritiva, do tipo levantamento, com abordagem quantitativa. A amostra de 14 indústrias, extraída da população de 34 entidades, deu-se com a utilização da técnica de amostragem intencional. Teve o questionário como técnica padronizada de recolha de dados, e os resultados da pesquisa revelaram que todas as indústrias pesquisadas utilizavam a análise das demonstrações financeiras, concluindo que embora a maioria utilizasse as análises em períodos mensais, a contabilidade e os instrumentos de controlo de gestão serviam de apoio ao gestor das entidades em períodos diários, semanais, mensais, trimestrais e anuais.

Rego (2005) diagnosticou a situação económico-financeira de uma entidade. Optou, também, pelo método do estudo de caso, tendo como unidade de análise a entidade Perdigão, S.A. Verificou que a entidade apresentava melhorias na capacidade de satisfazer os pagamentos de curto prazo além de reduzir o prazo de recebimento das vendas.

Morozini *et al* (2006) examinaram a situação económico-financeira de sociedades anónimas em processo de concordata, a fim de ressaltar a possibilidade de a análise das demonstrações financeiras evidenciar um parâmetro para identificação do processo de concordata. Utilizaram o método de pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, e análise documental. Identificaram 99 processos de entidades em concordata. Destacaram que dos 12 indicadores estudados na pesquisa, 5 evidenciaram tendência para insolvência.

Stroher e Freitas (2008) identificaram as características da informação contabilística e sua utilização para a tomada de decisão em pequenas entidades, a partir das opiniões de contabilistas e proprietários de pequenas entidades. Usaram os métodos de

pesquisa exploratória e qualitativa e, recorreram a entrevistas semiestruturadas como fonte da informação. Verificaram que havia divergências nas visões sobre os tipos de informações que são e os que não são úteis.

Braga (2010) identificou os fatores que influenciam a decisão empresarial de inovar, nomeadamente, os fatores económico-financeiros que influenciam o processo de tomada de decisão. Utilizou dados recolhidos através de inquérito em entidades que submeteram candidaturas a programas de Inovação à Agência Portuguesa de Inovação, e testou empiricamente as hipóteses de investigação. Recorreu à análise estatística, univariada e multivariada. Constatou que os fatores económico-financeiros relacionados com o aumento do lucro e a redução dos custos com o pessoal eram os que mais influenciavam o processo de tomada de decisão em inovar nas entidades portuguesas, em simultâneo com a introdução de novos produtos no mercado e a criação de impacto social.

Souza e Silva (2011) aplicaram a análise das demonstrações financeiras numa entidade que em virtude de problemas financeiros, encontrava-se em recuperação judicial, a fim de compreender os possíveis motivos que a levaram a tal situação. Tiveram como unidade de análise uma entidade do ramo frigorífico. Os resultados mostraram que a entidade não estava a ser bem gerida financeiramente, principalmente em relação aos prazos de recebimento e de pagamento, os quais se destacaram como os principais motivos para o alto nível de endividamento e para a atual situação financeira.

Silva e Prado (2013) procuraram a eventual existência de evidências do viés de aversão ao risco e à perda no perfil de tomada de decisão. Recorreram ao questionário aplicado aos estudantes dos cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Uberlândia, Campus do Pontal. Utilizaram o método misto (qualitativo e quantitativo), a pesquisa exploratória, a pesquisa descritiva. Verificaram que os futuros administradores eram mais conservadores e possuíam maior aversão ao risco se comparados com os futuros contabilistas.

Lungu e Alves (2013) estudaram o nível de perceção que os gestores das pequenas e médias empresas localizadas em Luanda e em Lisboa tinham quanto à utilidade da informação financeira no processo de tomada de decisão. Elaboraram um estudo de caso comparativo e utilizaram o questionário como método de recolha de dados. Constataram que os inquiridos das duas cidades reconheciam a importância da informação financeira na tomada de decisões no mundo empresarial. No entanto, em Portugal, o nível de perceção entre os inquiridos parecia ser mais elevado.

### **3. METODOLOGIA**

Após a revisão da literatura apresentada no capítulo anterior, segue-se a descrição e fundamentação das opções metodológicas que serviram de base à realização deste trabalho.

#### **3.1. Método de Investigação**

Neste trabalho adota-se o método qualitativo. Segundo Vilela (2009, p. 105) este método centra-se no modo como os seres humanos interpretam e atribuem sentido à sua realidade subjetiva. “É um método que explora o comportamento e as experiências dos indivíduos a serem estudados. Muitos defendem que neste tipo de pesquisa os dados são obtidos através de contactos com pessoas que possam dar informações necessárias e essenciais, e o investigador deve entender o fenómeno do estudo que está a realizar”.

O objetivo principal do presente estudo consiste em compreender como as entidades angolanas utilizam a análise das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão, uma perceção das entidades financeiras e não financeiras.

Quanto aos procedimentos técnicos, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso. Para Vilela (2009, p. 124) a pesquisa bibliográfica é imprescindível pois “permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais amplo do que aquela que poderia pesquisar diretamente, principalmente quando o problema de investigação requer dados muito dispersos pelo espaço”. Segundo Sampieri *et al* (2006, p. 57) esta pesquisa consiste em “identificar, obter e consultar a bibliografia e outros materiais que sejam úteis para o objetivo do estudo, devendo o investigador extrair e recompilar as informações relevantes e necessárias sobre o problema da pesquisa”. Utilizou-se este método, principalmente, para elaborar e formular a revisão de literatura que integra esta dissertação e outros elementos que suportam a pesquisa, pois como defende Vilela (2009, p. 124), “não há modo de nos inteirarmos dos factos passados senão apelarmos a uma grande proporção de dados secundários”. Os dados foram obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos que são obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas.

O método de estudo de caso, segundo Collis e Hussey (2005, p. 72), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos”. Yin (2010) considera este método não apenas como uma técnica de investigação empírica

mas como um método que abrange tudo: planeamento, técnicas de recolha de dados e sua análise.

Para Sampieri *et al* (2006, p. 274) o método do estudo de caso “é tanto de corte qualitativo, como de corte quantitativo e pode até mesmo ser misto, qualitativo-quantitativo”. Os autores discorrem, ainda, que este mesmo método pode ser aplicado em qualquer modelo científico, experimental, não experimental ou mesmo longitudinal.

De acordo com Gil (2002), Sampieri *et al* (2006) e Vilela (2009), entre outros, o método de estudo de caso vem sendo utilizado com a finalidade de explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; preservar o caráter unitário do objeto estudado; descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; formular hipóteses ou desenvolver teorias; e explicar as variáveis causais de determinado fenómeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experiências. Segundo Yin (2010) para que o investigador tenha sucesso com este tipo de pesquisa deve ter capacidade de formular boas questões e interpretar as respostas; não deve ficar refém dos seus preconceitos e ideologias; deve ser flexível para que as novas situações encontradas sejam vistas como oportunidades; não deve ter receio de escolher outros casos, colher outras informações ou decidir refazer o trabalho; deve ter grande conhecimento sobre os assuntos que estão a ser estudados; e ter uma postura de neutralidade.

O estudo de caso realizado, quanto aos objetivos que visa atingir, é de natureza descritiva, explicativa e exploratória.

Para Gil (2002, p. 42) o estudo descritivo “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Sampieri *et al* (2006, p. 102) defendem que este tipo de estudo “busca especificar propriedades e características de um fenómeno que se analisa e interessa-se fundamentalmente por recolher dados que mostrem um evento, uma comunidade, um fenómeno, um efeito contexto ou situação que ocorre”.

Gil (2002, p. 42) refere que a pesquisa explicativa tem como preocupação central “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenómenos, sendo este o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. O autor considera, ainda, esta pesquisa como uma continuação da outra, descritiva, pois a identificação dos fatores de qualquer fenómeno determina que este esteja fortemente descrito e detalhado.

Segundo Sampieri *et al* (2006, p. 99) “realizam-se estudos exploratórios, normalmente quando o objetivo é examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado...”. Para Collis e Hussey (2005, p. 24) as “técnicas típicas usadas em pesquisa exploratória incluem estudos de caso, observação e análise histórica, que podem fornecer dados quantitativos e qualitativos”. Vilela (2009, p.119) considera que têm a “finalidade de formar conceitos e ideias, capazes de tornar os problemas mais precisos e de formular hipóteses de estudos posteriores”. A pesquisa exploratória proporciona expansão do conhecimento às pesquisas de tomada de decisão.

### **3.2. Caracterização da amostra**

A presente investigação tem como base entidades que operam em diversos setores de atividade integrados no mercado angolano que, ainda, não tem sido objeto de muitos estudos empíricos. Assim, procura-se contribuir para a pesquisa e conhecimento da realidade empresarial num mercado emergente tão importante como é o caso do de Angola.

Para a realização do estudo, os elementos da amostra foram escolhidos de um modo intencional. Para Vilela (2009, p. 248) “esta abordagem usa-se, com frequência, na pesquisa qualitativa, embora, a generalização dos resultados não possa ser efetuada”. A vantagem da sua aplicação são os baixos custos e a principal desvantagem é que os dados podem ser facilmente manipulados.

Numa primeira fase, pensou-se em estudar 30 entidades dos setores de atividade mais representativos da economia angolana, no entanto foi impossível seguir essa linha de ação dada a dificuldade de obtenção dos dados. Optou-se por entrevistar, apenas, os contabilistas das entidades, financeiras e não financeiras, que se sabia que responderiam ao pedido da entrevista. Os entrevistados das entidades financeiras foram todos do sexo masculino, com idades, compreendidas entre os 20 e os 30 anos (71%) tendo habilitações, em geral, ao nível da licenciatura. Constatou-se, ainda, que a maioria dos inquiridos (57%), faziam parte dos quadros da entidade havia entre 5 e 10 anos.

Os inquiridos das entidades não financeiras foram na sua maioria do sexo masculino (57%), com idades, compreendidas entre os 30 e os 40 anos (71%), tendo habilitações literárias, em geral, ao nível da licenciatura, tal como nas entidades financeiras.

Os resultados foram semelhantes aos obtidos por Lungo e Alves (2013, p. 120) que verificaram que, quer no caso das entidades angolanas quer no caso das entidades

portuguesas, todos os respondentes tinham formação superior. Mas divergem parcialmente de Tártari (2005) que observou que, apenas, 50% dos contabilistas do setor pesquisado eram pessoas licenciadas

Foram selecionadas as seguintes 14 entidades das quais sete são financeiras e sete são não financeiras e, devido ao pedido de confidencialidade apresentado por vários respondentes, optou-se por identificar as empresas através de um código. Os códigos foram atribuídos a partir de duas letras iniciais neutras e seguida de duas letras da própria designação da entidade. A tabela 1 apresenta a designação e a data de constituição das entidades, o número de empregados e o respetivo volume de negócios nos anos em análise (2011 e 2012).

Tabela 1: Características das empresas

Setor	Empresas	data da constituição	Nº de Empregados	Volume de Negócios 2011	Volume de Negócios 2012
Financeiras	JLFA	1990	Mais de 200	3.084.706,01	2.479.733,02
	JLPA	2009	Mais de 200	1.305.382,76	1.467.592,91
	JLAI	1996	Mis de 200	2.728.856,10	3.995.926,75
	JLPC	1956	Mais de 200	621.441,76	484.676,74
	JLOL	2001	Mais de 200	699.480,97	716.476,93
	JLGS	2006	Mais de 200	7.593.398,64	1.294.411,02
	JLIC	2005	Mais de 200	386.972,00	392.735,00
Não Financeiras	FSCM	1999	Mais de 200	2.196.291,67	2.493.953,51
	FSNM	2002	Entre 100 e 200	192.128,00	369.874,22
	FSRN	2001	Mais de 200	558.216,31	27.968,47
	FSMW	2003	Até 100	270.000,00	258.189,74
	FSCB	2000	Até 100	1.065.557,98	5.130.131,40
	FSAC	1987	Entre 100 e 200	3.588.771,34	3.879.431,20
	FSRS	2003	Até 100	1.885.284,96	2.911.762,01

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao setor de atividade em que as entidades da amostra se inserem, optou-se por segmentar em entidades financeiras (7) e entidades não financeiras (7), incluindo nas não financeiras todas as que não se integram no setor financeiro. As entidades estudadas não são representativas dos respetivos setores.

Quanto ao número de empregados verifica-se que todas as financeiras tinham mais de 200; enquanto 43% das não financeiras tinham até 100 funcionários, 29% entre 100 e 200 e, apenas, 29% tinham, também, mais de 200. Constata-se, assim, que no que concerne

ao número de empregados, as entidades financeiras eram de maior dimensão do que as não financeiras.

Atendendo a que as entidades angolanas apresentam as demonstrações financeiras com valores expressos em kwanzas (AKZ) e/ou dólares americanos (USD), todos os valores foram convertidos em euro, utilizando a taxa do dia 2014-05-06, 1 USD = 0,7171 € enquanto 1 AKZ=0,00736 € obtidos a partir do conversor do Banco de Portugal.

Deste modo o volume de negócios médio das entidades financeiras era de 1.305.382,76 € e 1.294.411,02 € respetivamente, em 2011 e 2012. No entanto, existia um desvio padrão muito elevado, pois o volume de negócios variava entre um mínimo de 386.972,00 € e um máximo de 7.593.398,64 € em 2011 e entre um mínimo de 392.735,00 € e um máximo de 3.995.926,75 € em 2012. Enquanto as não financeiras apresentavam um volume de negócios médio de 1.065.557,98 € e de 2.493.953,51 € respetivamente, em 2011 e 2012. Sendo que o desvio, também, era elevado, pois o volume de negócios variava entre um mínimo de 192.128,00 € e um máximo de 3.588.771,34 € em 2011 e entre um mínimo de 279.684,72 € e um máximo de 5.130.131,40 € em 2012.

### **3.3. Recolha e tratamento dos dados**

A técnica escolhida para a recolha dos dados foi a entrevista. Para Vilela (2009, p. 284) “as vantagens desta técnica consistem no facto de ser rápida, poder ser realizada por pessoas com preparação média e permitem procedimentos matemáticos; e a principal desvantagem é a elevada redução do campo de informação, limitando os dados aos que surgem de uma lista taxativa de perguntas”. Optou-se pela entrevista semi-estruturada, não se abrindo espaço para novos itens. Formou-se, desta forma, um leque de perguntas que nortearam e garantiram uma unidade de trabalho.

O presente estudo baseia-se num guião de questões específicas. Segundo Sampieri *et al* (2006, p.391) “neste tipo de tipo de entrevista os tópicos são específicos e a possibilidade de sair do tema é mínima”.

O questionário (Anexo I) aplicado nas entrevistas é formado por perguntas abertas e por perguntas fechadas. Pretende-se, através das respostas às questões entender de que forma os contabilistas entrevistados utilizam as demonstrações financeiras e a sua análise no processo de tomada de decisão. E, ainda, compreender os indicadores e métodos utilizados e realçar a posição económico-financeira da empresa.



Assim, o primeiro passo para a realização da entrevista consistiu na elaboração de um questionário, tarefa levada a cabo através da adaptação dos questionários aplicados por Lungo e Alves (2013), Stroehrer e Freitas (2008) e Tártari (2005) incluindo questões abertas e fechadas, tais como:

- Identificação da empresa (I): Recolha de informação sobre a designação da empresa, a sua atividade principal, o número de trabalhadores e o volume de negócios médio anual;
- Identidade do inquirido (II): Obtenção do conhecimento das características dos entrevistados, principalmente quanto ao grau académico, idade e sexo;
- Informações relacionadas com a utilidade das demonstrações financeiras (III): Inclui questões sobre a utilização das demonstrações financeiras, as informações por elas fornecidas e a forma como suprem a necessidade de informação e as dificuldades em utilizá-las.

O segundo passo consistiu na elaboração de uma carta de apresentação (Anexo II) dos objetivos da investigação para enviar às empresas voluntárias de modo a permitir o agendamento das entrevistas e a familiarização dos inquiridos com o assunto em questão. As entrevistas foram agendadas por contacto telefónico e foram realizadas através das redes sociais *Skype* e *Viber*, tendo a ligação tido uma duração média de cerca de uma hora.

Os dados necessários aos cálculos dos indicadores e à análise das demonstrações financeiras foram obtidos a partir do *site* da maioria das entidades e os restantes foram fornecidos pelos contabilistas entrevistados. Para o efeito foram analisados dois períodos (2011 e 2012).

A etapa seguinte consistiu na organização e compilação dos dados recolhidos de modo a proceder-se às devidas análises.

Para o tratamento e análise dos dados foi usado o método de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2009, p. 44) a análise de conteúdo, enquanto método, “representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e receção dessas mensagens”. Porém, dentre as diversas formas de análise de conteúdo existente, aplica-se a esta pesquisa a análise temática, por ser uma técnica que melhor se adequa a estudos qualitativos. Para Minayo (2007, p. 316) “a análise temática consiste em descobrir

os pontos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo que a pesquisa pretende alcançar”.

Para Bardin (2009, p. 121) esta técnica organiza-se em “pré-análise; exploração do material; e, tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação”. Segundo Bardin (2009) e Minayo (2007) a leitura das falas ou respostas, obtidas por meio de entrevistas, depoimentos e documentos; é o início de qualquer análise de conteúdo.

Usando a análise de conteúdo para interpretar os dados, foi possível analisar todas as entrevistas com o devido cuidado aproveitando da melhor maneira as informações relevantes para o presente estudo.

Tal como Maura (2012) efetuou-se de forma literal, a transcrição do conteúdo das entrevistas de modo a manter as expressões e os termos que faziam parte das mensagens. Essa transcrição possibilitou uma leitura pormenorizada das entrevistas, facto que permitiu a criação de quadros com os principais focos de cada entrevistado, no que tange aos assuntos estudados.

Depois desta etapa foi possível identificar a frequência das respostas que tinham relação com cada categoria. A partir desta frequência avaliou-se a importância de cada categoria, na visão dos entrevistados, e retirou-se conclusões.

No capítulo seguinte são apresentados os resultados do estudo desenvolvido e respetiva análise.

## **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS**

Neste capítulo apresenta-se uma caracterização mais profunda das entidades estudadas através do recurso a indicadores e, de acordo com as questões formuladas, os resultados obtidos através das entrevistas realizadas.

### **4.1. Indicadores calculados**

A partir dos dados extraídos das demonstrações financeiras das entidades estudadas calculou-se um conjunto de indicadores considerados relevantes (Apêndice A). A tabela A1 reflete os indicadores de cada entidade, enquanto a tabela A2 comporta as medidas estatísticas (máximos, mínimos, médias e desvios padrão) destes indicadores por setor estudado, sendo, ainda, que a tabela A3 espelha as mesmas medidas de tendência central de modo geral.

Relativamente aos indicadores de rentabilidade constata-se que:

- Em média as entidades em estudo apresentavam uma rentabilidade líquida das vendas positiva nos anos de 2011 e 2012 (mais de 8% e cerca de 2%, respetivamente) evidenciando a sua capacidade em gerar resultados face ao volume de negócios efetuado. Verificando-se, no entanto, um decréscimo de mais de 80% de 2011 para 2012. Todavia, o desvio padrão entre as rentabilidades líquidas das vendas era significativo (cerca 23% em 2011 e mais de 27% em 2012), pois enquanto o JLFA atingiu uma rentabilidade líquida das vendas de quase 59% (valor máximo obtido em 2011), o FSRN atingiu um valor negativo da sua rentabilidade líquida das vendas 23% (valor mínimo obtido relativamente ao mesmo ano). Porém, em 2012 alcançaram um valor máximo de cerca de 67% (FSMW) e um valor mínimo de cerca de -29% (JLAI);

- Analisando separadamente as entidades do setor financeiro e do setor não financeiro, verificou-se que em média apresentavam rentabilidades líquidas das vendas positivas nos dois anos em análise (financeiras, cerca de 26% em 2011 e mais de 26% em 2012; não financeiras cerca de 0,30% em 2011 e mais de 1% em 2012) mostrando que tiveram capacidade em gerar resultados face ao volume de negócios. Sendo que as entidades financeiras alcançaram maiores rentabilidades líquidas das vendas e menores níveis de crescimento (mais de 2,3%) de um ano para o outro em relação às não financeiras (mais de 266%);

- No cômputo geral as entidades estudadas apresentavam uma rentabilidade operacional das vendas média superior a 18% e 8%, respectivamente, em 2011 e 2012, evidenciando uma diminuição (cerca 54%) na capacidade de cobrir os custos inerentes ao negócio. Porém, este valor é afetado pela grande dispersão dos dados que variavam entre uma rentabilidade operacional das vendas mínima de -23% (FSRN) e um máximo superior a 61% (FSMW) em 2011 e, ainda, um mínimo de cerca de -40% (FSRN) e um máximo de cerca de 69% (JLAI) em 2012, o que pode ser verificado pelo elevado desvio padrão (cerca de 25 % em 2011 e quase 29% em 2012).

- A rentabilidade operacional das vendas apresentava, em média, valores positivos para as entidades em estudo (cerca de 23% e 38%, respectivamente, em 2011 e 2012 no setor financeiro; e cerca de 2% e superior a 1%, respectivamente, em 2011 e 2012, no setor não financeiro), mostrando a capacidade de cobrir os custos inerentes ao negócio, quer fixos quer variáveis. Verifica-se que enquanto as entidades do setor financeiro cresceram mais de 68% as não financeiras decresceram cerca 32%;

- Em média, todas as entidades obtiveram rentabilidade dos capitais próprios positiva em cerca de 17% e 6%, respectivamente, em 2011 e 2012. Divergindo da análise anterior, esta teve uma variação negativa de mais de 61%. Tal como nos indicadores anteriores, também, este apresenta um desvio padrão significativo (cerca 42% e 37%, respectivamente em 2011 e 2012), enquanto o FSRN obteve cerca de -111% e 50%, o FSMW atingiu valores máximos de mais de 51% e 118%, para 2011 e 2012, respectivamente;

- Em termos da rentabilidade dos capitais próprios, os resultados obtidos permitiram gerar excedentes para as entidades e remunerar os acionistas ou proprietários em cerca de 17% no caso das entidades financeiras em cada um dos anos e cerca de 1% para as entidades não financeiras, também, em cada um dos anos em análise. No entanto, as financeiras apresentavam uma maior rentabilidade.

Quanto aos indicadores de liquidez, verifica-se que:

- As entidades em estudo apresentavam, em média, uma liquidez corrente de cerca de 1 em 2011 e mais de 1 em 2012 mostrando que os ativos de curto prazo cobriam os passivos com maior grau de exigibilidade quase na sua totalidade. Estes valores foram afetados pela heterogeneidade dos dados que variavam entre os mínimos de 0,00 em 2011 e de 0.01 em 2012 (JLAI e JLGS, respectivamente) e os máximos de mais de 2 em 2011 e

cerca de 7 em 2012 (JLPC e JLAI, respetivamente) podendo ser comprovado pelo desvio padrão de cerca de 72% em 2011 e de mais de 166% em 2012;

- As entidades financeiras apresentavam em média uma liquidez corrente de 1,60 e 1,43, respetivamente em 2011 e 2012, mostrando a sua capacidade de resposta face aos passivos correntes. Ou seja, as empresas tiveram capacidade de honrar os seus compromissos de curto prazo, enquanto as empresas não financeiras apesar de possuírem capacidade de honrar os seus compromissos com terceiros, apresentavam menor grau de liquidez corrente média (0,68 e 1,13, respetivamente em 2011 e 2012) em relação às financeiras mas em contrapartida as financeiras decresceram mais de 10% enquanto as não financeiras cresceram cerca de 65% de 2011 para 2012;

- De modo geral as disponibilidades das entidades cobriam cerca de 13% e 14% dos passivos de curto prazo, respetivamente em 2011 e 2012, tendo um ligeiro aumento na sua capacidade (mais de 10%). Isto ficou a dever-se ao facto das empresas JLAI e FSNM apresentarem uma liquidez imediata de 0,00 (valor mínimo nos dois anos) e as empresas JLOL e JLAI apresentarem valores muito superiores (0,48 e 0,76 valores máximos em 2011 e 2012, respetivamente). Verificou-se um desvio padrão superior a 17% em 2011 e superior 21% em 2012;

- No que diz respeito à liquidez imediata realça-se que tanto as entidades financeiras como as não financeiras, mostravam ter capacidade de honrar os seus compromissos de curto prazo usando somente as disponibilidades. No entanto, as financeiras apresentavam, em média, valores que rondavam 0,15 em 2011 e 0,30 em 2012; pelo que as não financeiras obtiveram valores médios que atingiram cerca de 0,11 em 2011 e 0,10 em 2012;

- No geral a liquidez reduzida das entidades apresentavam uma média de 0,88 em 2011 e de 1 em 2012, mostrando que as entidades estudadas mesmo sem vender os seus inventários tinham capacidade para cumprir com as suas obrigações de curto prazo. Entretanto, este valor foi afetado, fortemente pela grande dispersão dos dados que variavam entre um mínimo de cerca de 0,00 (JLAI) e um máximo de cerca de 1,75 (JLPA) em 2011; e, ainda, valores que rondavam um mínimo de 0,01 (JLGS) e um máximo de 4,94 (JLAI) sendo observado pelo desvio padrão de 63% em 2011 e de 123% em 2012;

- Mesmo sem vender os seus inventários, as entidades financeiras tinham maior capacidade para cumprir com as suas obrigações de curto prazo em relação às não financeiras (média superior a 1 nos dois anos) e, ainda, apresentavam maior crescimento

(cerca 27%). Portanto, as entidades financeiras apresentavam maior grau de liquidez do que as não financeiras, mostrando que tinham maior capacidade de honrar os seus compromissos de curto prazo.

No que tange aos indicadores de endividamento relatam às empresas estudadas, verificou-se que:

- No cômputo geral, as entidades apresentavam um endividamento de cerca 88% em 2011 e de 89% em 2012, mostrando ter capacidade de recorrer a empréstimos caso fosse necessário. Porém, este valor era fortemente afetado pela dispersão dos dados que variavam entre os mínimos de 36% (FSCM) e o máximo de cerca de 99% (FSCN);

- As entidades não financeiras apresentavam um endividamento de mais de 76% em 2011 e de mais de 58% em 2012, o que significa que as empresas estudadas tinham capacidade de recorrer a capitais alheios caso fosse necessário. Ou seja, provaram que tinham condições para contrair dívida. Enquanto as financeiras, apesar de apresentarem um valor de mais de 88% em 2011 e superior a 90% em 2012, evidenciavam uma capacidade de endividamento muito inferior à das não financeiras. Enquanto as financeiras aumentaram cerca de 3% as não financeiras diminuíram cerca de 24% de 2011 para 2012;

- Mas, no geral, as entidades mostravam uma diminuição da sua autonomia financeira de mais de 35%. Isto é, os capitais próprios apenas financiavam cerca de 17% e 11% dos ativos da entidade, respectivamente em 2011 e 2012, permitindo deste modo que os capitais alheios financiassem a maior parte dos ativos fixos. O desvio padrão entre as autonomias financeiras era de 18% em 2011 e de 21% em 2012. Enquanto a FSCM atingiu uma autonomia financeira de 67% e 68%, a FSNM e FSRN atingiram uma autonomia financeira de cerca 3% e -4% (respectivamente, valor máximo e mínimo das autonomias financeiras em 2011 e 2012);

- Em 2011 e 2012 os capitais próprios das entidades financeiras financiavam, respectivamente, cerca de 12% e 10% das suas atividades. No mesmo período as entidades não financeiras apresentavam maior autonomia financeira (cerca de 26% e cerca de 42%, respectivamente, em 2011 e 2012) do que as financeiras, permitindo deste modo que os capitais alheios financiassem a maior parte dos ativos fixos. Observa-se, ainda, que enquanto a autonomia financeira das entidades financeiras decresceu cerca de 17% a autonomia das não financeiras cresceu mais de 60%.

No que se refere aos indicadores de risco verificou-se que:

- Em média as entidades estudadas apresentavam um grau da alavanca operacional de três em 2011 e de seis em 2012, mostrando que um pequeno aumento ou diminuição no volume de negócios teria maior impacto nos resultados operacionais do segundo ano (Pinho e Tavares, 2005). Segundo Nabais e Nabais (2004, p. 92) “(...) quanto maior o indicador maior é o peso dos gastos fixos e maior o risco operacional da empresa”. Logo, houve menor risco operacional em 2011. Todavia não se observou grandes variações entre os valores mínimos e máximos de 2012 mas em 2011 esta variação foi considerável visto que o mínimo era de -2 (FSRN) e o máximo de quase 125 (FSCM). Constatou-se, ainda, que o risco operacional ou económico aumentou cerca de 39% de um ano para outro;

- As entidades não financeiras apresentavam um grau da alavanca operacional médio de mais de 4 em 2011 e de cerca de 10 em 2012. Enquanto as financeiras evidenciavam um grau da alavanca operacional superior a dois e cerca de dois, respetivamente em 2011 e 2012, mostrando que uma pequena variação no volume de negócios teria maior impacto nos resultados operacionais de 2012 para as não financeiras e o inverso para as financeiras. Verificou-se, também, que as financeiras apresentavam menor risco operacional do que as não financeiras nos anos em análise e que houve um aumento nos riscos para as não financeiras (cerca de 137%) e uma diminuição no risco das financeiras (mais de 16%) de um ano para outro;

- O grau da alavanca financeira das entidades estudadas apresentavam valores médios de 1 em 2011 e de 0,84 em 2012, sendo que este indicador “mede a variação ocorrida nos resultados correntes derivados de variações percentuais unitárias nos resultados operacionais” (Pinho e Tavares, 2005, p.75) logo, verificou-se que houve maior variação nos resultados correntes em 2011. No entanto, notou-se uma grande dispersão dos valores, com um máximo de pouco mais de 111 (FSNM) e um mínimo de -0,61 (JLAI), em 2011, e em 2012 apresentava um máximo de mais de 30 (FSNM) e um mínimo superior a -23 (FSRN).

- As entidades financeiras apresentavam um grau da alavanca financeira de 0,93 e de 0,94 em 2011 e 2012, respetivamente, enquanto as não financeiras obtiveram 1 em 2011 e 0,40 em 2012, mostrando que as não financeiras tinham maior risco financeiro em 2011 enquanto as financeiras apresentavam um risco financeiro superior em 2012 ou uma variação superior dos resultados correntes face aos resultados operacionais (Nabais e Nabais, 2004). Portanto, houve um aumento da variação para as financeiras (mais de 1%)

e, uma diminuição dos riscos das não financeiras em cerca de 60%, diminuindo, assim, o peso dos gastos financeiros;

- Em média as entidades estudadas apresentavam um grau combinado da alavanca superior a 2 em 2011 e de cerca de 2, em 2012, correspondendo este, segundo Caldeira (2001), ao risco global que traduz a probabilidade de os resultados da empresa se situarem a um nível inadequado ao cumprimento dos seus objetivos essenciais. Constatou-se que havia menor risco global em 2012 pois registou-se uma diminuição de quase 19% de um ano para outro. Os valores tinham uma variação significativa tendo a FSNM atingido mais de 241 (valor máximo) e a FSAC atingiu -3 (valor mínimo) em 2011, e em 2012 alcançaram um mínimo de -58 (FSCB) e um máximo de pouco mais de 831 (FSNM). Esta situação é evidenciada pelo elevado desvio padrão.

- O grau combinado da alavanca das entidades financeiras foi de mais de 2 em 2011 e de cerca de 2 em 2012, enquanto as não financeiras apresentavam valores médios de cerca de 3 e de quase 27, respetivamente em 2011 e 2012, mostrando que nos dois anos as não financeiras detinham maior risco em termos globais, segundo Caldeira (2001). Para o autor isto pode justificar-se pelos elevados graus de alavanca operacional e graus de alavanca financeira nos mesmos períodos. Enquanto o risco global das financeiras diminuiu cerca de 12% o das não financeiras aumentou num valor superior a 953% 2011 para 2012.

Em síntese, em termos das rendibilidades obtidas nos períodos em análise, as empresas da amostra evidenciavam grande heterogeneidade, embora os valores médios fossem positivos. No entanto, as financeiras foram mais rentáveis do que as não financeiras. As financeiras foram, também, as empresas que apresentaram maior liquidez, maior nível de endividamento e maior risco financeiro em 2012. Por sua vez as não financeiras foram as que apresentaram maior autonomia financeira, maior risco operacional, maior risco financeiro em 2011 e maior risco global. O aumento significativo do risco global (GCA) das empresas não financeiras derivou do aumento, também, significativo do risco operacional (GAO), embora o risco financeiro (GAF) tenha diminuído no período.



## 4.2. Resultados das entrevistas

Seguindo o questionário aplicado nas entrevistas analisa-se as respostas obtidas.

### Parte I. Informações concernentes à utilidade das demonstrações financeiras

#### 1. Identifique as demonstrações financeiras que servem de instrumento para o controlo de gestão existente na empresa (Tártari, 2005).

O quadro 1 apresenta as demonstrações financeiras utilizadas pelas empresas estudadas.

Quadro 1: Demonstrações financeiras utilizadas

	Financeiras							Não-Financeiras						
	JLFA	JLBAI	JLPA	JLPC	JLGS	JLOL	JLIC	FSCM	FSNM	FSRN	FSMW	FSAC	FSCB	FSRS
Balanço	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
DR	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
DACP	X	X	X			X	X			X				
DFC	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Anexos		X	X	X		X	X	X		X				

Fonte: Adaptado de Tartari (2005)

Os resultados evidenciam que, de acordo com os inquiridos, qualquer das entidades estudadas utiliza o balanço, a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa como instrumento para o controlo de gestão. Cerca de 29% das entidades financeiras não usa a demonstração das alterações do capital próprio e anexos. Sendo que, apenas, 29% das não financeiras usa o anexo e 14% usa a demonstração das alterações do capital próprio para o mesmo efeito.

Esta situação não é consistente com os resultados obtidos por Tartari (2005), em que cerca de 79% usa o balanço e, ainda, 71% utiliza a demonstração das alterações do capital próprio, como instrumento de controlo de gestão. No presente estudo, todas as demonstrações financeiras referidas são utilizadas pelas entidades, mas nem todas são utilizadas por todas as entidades da amostra.

**2. Do seu ponto de vista, quais as principais informações fornecidas pelas demonstrações financeiras utilizadas pela entidade? (Stroeher e Freitas, 2008; Lungo e Alves, 2013)**

Para a maioria dos inquiridos das entidades da amostra, as principais informações fornecidas pelas demonstrações financeiras são informações de apoio à gestão e para efeitos fiscais. Para 71% dos inquiridos das entidades financeiras a posição financeira, o resultado líquido do período, a liquidez e os impostos a pagar ao Estado são as informações fornecidas pelas demonstrações financeiras; enquanto para os restantes (29%) as principais informações são a variação da produtividade, as entradas e saídas dos meios de pagamento, e as alterações de caixa. Por sua vez, para 86% das não financeiras, as informações fornecidas pelas demonstrações financeiras são a posição financeira, a oscilação do volume de negócios, o valor do investimento, as dívidas a pagar e a receber a terceiros; e quase 42% afirmavam que a situação de caixa e de bancos e, os inventários eram, ainda, informações fornecidas pelas demonstrações financeiras.

Os resultados convergem parcialmente com Stroeher e Freitas (2008) e Lungo e Alves (2013). Sendo que Stroeher e Freitas (2008, p. 15-16) constataram que os respondentes consideraram que as informações fornecidas pelas demonstrações financeiras são o ponto de equilíbrio, o endividamento, o planeamento tributário, o fluxo de caixa, os custos, a formação do preço de venda e a margem de lucro, fiscal e legal, o faturamento e as compras, sendo que as informações de gestão dependem da dimensão da empresa. Enquanto Lungo e Alves (2013, p.124) verificaram que em Luanda e Lisboa os inquiridos consideraram que as demonstrações financeiras publicadas deviam proporcionar informações sobre a capacidade de gerar liquidez.

**3. Considera que as demonstrações financeiras suprem todas as necessidades de informação quer por parte da gestão quer por parte dos *stakeholders*? (Stroeher e Freitas, 2008)**

O quadro 2 atesta se as demonstrações financeiras suprem ou não, para os inquiridos, as necessidades de informação.

Quadro 2: Respostas das demonstrações financeiras às necessidades de informação

	Financeiras							Não-Financeiras						
	JLFA	JLBAI	JLPA	JLPC	JLGS	JLOL	JLIC	FSCM	FSNM	FSRN	FSMW	FSAC	FSCB	FSRS
Sim			X	X	X		X	X	X				X	X
Não	X	X				X				X	X	X		

Fonte: Adaptado de Tartari (2005)

Denota-se que a maioria (57%) dos inquiridos das entidades estudadas considera que as demonstrações financeiras suprem todas as necessidades de informação quer por parte da gestão quer por parte dos *stakeholders*. Os restantes (43%) defendem que as demonstrações financeiras não suprem todas necessidades de informação pois, apesar das notas do anexo, existem situações que não são tidas em conta. Estes resultados divergem dos alcançados por Stroeher e Freitas (2008, p. 14) que observaram que para a maioria dos entrevistados a informação financeira fornecida pelos contabilistas não supriam as suas necessidades de informação, ou supriam a necessidade básica de informação legal e fiscal. Verificaram, ainda, que devido à dimensão das suas empresas alguns gestores não tinham interesse em fazer uso pleno das informações financeiras.

#### 4. Qual considera ser a maior dificuldade dos utilizadores das demonstrações financeiras? (Stroeher e Freitas, 2008)

De forma unanime os inquiridos referem que as maiores dificuldades encontradas pelos utilizadores das demonstrações financeiras consistem na interpretação do seu conteúdo informativo, pois é necessário conhecimento das ciências económicas para se perceber alguns fenómenos e consequentemente existem notas que carecem de uma melhor tradução por parte da gestão devido à sua especificidade; e entre os documentos de maior dificuldade consideram que está a demonstração dos fluxos de caixa.

Os resultados convergem, parcialmente, com os alcançados por Stroeher e Freitas (2008, p. 16) para esta questão pois realçaram que a maior dificuldade consiste na “falta de conhecimento administrativo, não perceção da carga tributária elevada e, em muitos casos, não separam vida particular da empresa”.

## Parte II. Questões relacionadas com a análise das demonstrações financeiras

**5. O departamento de contabilidade analisa as demonstrações financeiras e os instrumentos de controlo de gestão especificados no primeiro item (questão 1)? Se sim, fazem-no com que periodicidade? (Tártari, 2005)**

O quadro 3 mostra o nível de respostas por parte dos inquiridos à questão da periodicidade da análise das demonstrações financeiras.

Quadro 3: Periodicidade das análises

	Financeiras							Não-Financeiras						
	JLFA	JLBAI	JLPA	JLPC	JLGS	JLOL	JLIC	FSCM	FSNM	FSRN	FSMW	FSAC	FSCB	FSRS
Mensal		x		X						X				
Trimestral	X		X			X	X	X	X		X		X	
Semestral					X							X		
Anual	X		X			X					X			X

Fonte: Adaptado de Tartari (2005).

Qualquer das entidades em estudo analisa os instrumentos utilizados para o controlo de gestão, sendo que na sua maior parte (57%), em ambos os setores, fazem-no trimestralmente. Cerca de 43% das financeiras e 29% das não financeiras, fazem-no anualmente. E, ainda, 29% das financeiras analisam os seus documentos mensalmente, enquanto, apenas, 14% das não financeiras fazem-no mensal e semestralmente.

Assim, tal como Tártari (2005), os dados referentes à periodicidade de apresentações das análises esclarecem que algumas entidades utilizam a análise em mais de um período e que todas as entidades apresentam o resultado das análises aos gestores. Os resultados deste estudo convergem com os de Tártari (2005) pois, todas as entidades fazem a análise das demonstrações financeiras. Mas divergem na periodicidade com que o fazem pois, de acordo com o autor, cerca 71% fazem-no mensalmente, 21% trimestral e, cerca de 14% anualmente. Os resultados divergem, ainda, dos alcançados por Lungo e Alves (2013, p. 122) que constataram que a maior parte das entidades angolanas estudadas analisavam as suas demonstrações mensalmente.

**6. Quais as técnicas utilizadas pela empresa para a análise das demonstrações financeiras? Essas técnicas são de fácil aplicação? (Tártari, 2005)**

As respostas dadas a esta questão pelos contabilistas das empresas financeiras e não financeiras são apresentadas no quadro 4.

Quadro 4: Técnicas utilizadas na análise.

	Financeiras							Não-Financeiras						
	JLFA	JLBAI	JLPA	JLPC	JLGS	JLOL	JLIC	FSCM	FSNM	FSRN	FSMW	FSAC	FSCB	FSRS
Análise financeira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Análise vertical				X	X	X	X			X				
Análise horizontal				X	X	X	X			X				
Outra														

Fonte: Adaptado de Tartari (2005).

Todas as entidades, financeiras e não financeiras, usam as demonstrações financeiras na análise económico-financeira. E, enquanto 57% das financeiras usam a análise horizontal e vertical, apenas, cerca de 14% das não financeiras usam estas análises. Para 43% dos inquiridos das entidades financeiras e para 57% das não financeiras tais técnicas são de fácil aplicação enquanto os restantes consideram o inverso.

Os resultados divergem dos obtidos por Tártari (2005), pois o autor verificou que 86% das entidades pesquisadas utilizaram o crescimento das vendas como metodologia de apoio à tomada de decisão; 93% das entidades utilizaram o ponto de equilíbrio; 79% das entidades, a margem de contribuição; e 57% das entidades utilizaram a análise vertical e horizontal.

**7. A entidade utiliza algum indicador económico para atualizar as demonstrações financeiras antes de calcular os indicadores financeiros? (Tártari, 2005)**

A maioria das entidades financeiras e não financeiras (71% e 57%), respetivamente, não utilizavam qualquer indicador para atualizar as suas demonstrações financeiras antes das respetivas análises, enquanto as restantes entidades usavam sempre a taxa de câmbio para este efeito.

Os resultados divergem dos obtidos por Tártari (2005) que verificou que, em relação a esta questão, constatou que nenhuma das entidades pesquisadas utilizava tal metodologia, sendo as análises efetuadas com base nos valores contabilísticos históricos.

**8. Quais os pontos cuja análise considera ser mais importante para a compreensão da posição económico-financeira da entidade? (Stroeher e Freitas, 2008)**

De forma quase unânime os inquiridos consideraram que o resultado líquido do período e os resultados operacionais, a liquidez e a solvabilidade, o endividamento e a rentabilidade, eram os pontos mais importantes para compreender a posição econômico-financeira da entidade. Para os restantes todos os pontos eram considerados importantes para a sobrevivência da organização. Esta situação é consistente com Stroehrer e Freitas (2008) e Tártari (2005) que apresentaram resultados semelhantes aos alcançados neste estudo pois a posição financeira, o resultado do período, a solvência e a liquidez foram os pontos considerados como sendo de realçar na análise das demonstrações financeiras.

### Parte III. Questões relacionadas com a tomada de decisão

#### 9. Quais as metodologias utilizadas pela empresa na tomada de decisões? (Tartari, 2005)

As diferentes metodologias utilizadas para tomada de decisão estão refletidas quadro 5.

Quadro 5: Metodologia de tomada de decisão

	Financeiras							Não-Financeiras						
	JLFA	JLBAI	JLPA	JLPC	JLGS	JLOL	JLIC	FSCM	FSNM	FSRN	FSMW	FSAC	FSCB	FSRS
Cresc.Vendas			X		X	X			X	X		X	X	
A. Vertical			X	X		X	X			X				
A. Horizontal			X	X		X	X			X				
A. Indicadores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Adaptado de Tartari (2005).

Qualquer das entidades estudadas utiliza a análise por indicadores como metodologia na tomada de decisão. Não obstante, 57% das entidades financeiras e 14% das não financeiras usam, ainda, a análise vertical e horizontal, e 42% das financeiras e 57% das não financeiras usam o crescimento das vendas para o mesmo efeito.

Tártari (2005) verificou que em 71% das entidades era usada a análise por indicadores e em 36% eram utilizadas, ainda, outras metodologias de apoio à tomada de decisão.

#### 10. Quais os indicadores utilizados nas diversas decisões na entidade? (Tártari, 2005)

O quadro 6 evidencia os indicadores utilizados no processo de tomada de decisão.

Quadro 6: Indicadores para a tomada de decisão

	Financeiras							Não Financeiras						
	JLFA	JLBAI	JLPA	JLPC	JLGS	JLOL	JLIC	FSCM	FSNM	FSRN	FSMW	FSAC	FSCB	FSRS
Marg. Bruta	X	X	X		X	X		X	X		X	X	X	X
Liquidez	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
TRL	X	X	X	X	X	X		X			X		X	X
GAF	X	X	X		X		X			X				
GAO	X		X		X	X	X			X				
Autono.finan.	X	X	X	X	X	X	X		X		X			X
Endividamento	X	X	X	X	X		X		X	X	X	X		X
Prazos de P e R	X		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
Ponto Crítico	X				X			X	X		X	X	X	
Rend. CP	X	X	X	X		X	X		X		X			
Rend. Vendas	X	X	X	X		X	X		X	X	X	X		X

Fonte: Adaptado de Tartari (2005).

Verifica-se que, apenas, uma entidade usava todos os indicadores mencionados (JLFA) e a entidade que menos uso fazia dos indicadores utilizava, apenas, quatro (FSCB). Entre os diversos indicadores, existia um que era utilizado por todas as entidades (liquidez) e outro por, apenas, cinco (ponto crítico).

De acordo com os inquiridos, os indicadores usados por todas entidades financeiras eram o indicador de liquidez e o de autonomia financeira, enquanto todas as não financeiras usavam o indicador de liquidez e os prazos médios de pagamento e de recebimento. Cerca de 86% das financeiras usava, também, a rentabilidade dos capitais próprios, a rentabilidade das vendas, endividamento e tesouraria líquida. Observa-se, ainda, que 71% usava a margem bruta, prazos médios de pagamento e de recebimento, grau da alavanca operacional e financeira.

Os outros indicadores apresentavam percentagens abaixo dos 50% no que tange à sua utilização no processo de tomada de decisão.

Também, de acordo com os inquiridos a maioria das entidades não financeiras (86%) usava a margem bruta, sendo que cerca de 71% usava a rentabilidade das vendas e o endividamento e 57% usava a tesouraria líquida. Os restantes indicadores apresentavam percentagens abaixo de 50% no que concerne à sua utilização no processo de tomada de decisão.

Esta situação não é consistente com Tártari (2005) que verificou que, entre os 21 indicadores estudados, 10 eram utilizados por até metade das entidades. Nota-se que os

indicadores de liquidez corrente, prazo médio de pagamento e de recebimento e a margem líquida eram utilizados por cerca de 64% das entidades no processo de tomada de decisões. E, ainda, mais de 57% utilizavam os indicadores de endividamento a curto prazo, e 50% utilizavam os indicadores de liquidez reduzida e rentabilidade das vendas como ferramentas de auxílio no processo de tomada de decisões.

**11. O gestor financeiro compara os indicadores atingidos com os indicadores médios do setor em que a entidade se integra? (Tártari, 2005)**

O quadro 7 que mostra o nível de comparação dos resultados da entidade com os do setor em que a mesma se integra.

Quadro 7: Nível de comparação dos resultados das entidades com os do setor.

	Financeiras							Não-Financeiras						
	JLFA	JLAI	JLPA	JLPC	JLGS	JLOL	JLIC	FSCM	FSNM	FSRN	FSMW	FSAC	FSCB	FSRS
Sim	X	X	X	X	X	X	X	X		X			X	X
Não									X		X	X		

Fonte: Adaptado de Tartari (2005)

Qualquer das entidades financeiras comparava os valores atingidos com os indicadores médios do setor, enquanto em cerca de 43% das não financeiras o mesmo não acontecia. No entanto, eram muito menos as entidades que comparavam esses valores com os alcançados pela concorrência.

Os resultados divergem significativamente dos alcançados por Tártari (2005) que constatou que entre as entidades pesquisadas, a comparação com indicadores médios do setor em que se integravam era efetuada por, apenas, 29% das entidades e que 71% não faziam este tipo de comparação.

**12. O gestor recorre às demonstrações financeiras em busca de informações que possam facilitar o processo decisório, ou toma as decisões de acordo com a situação seguindo o juízo pessoal e a experiência profissional? (Stroeher e Freitas, 2008 e Lungo e Alves, 2013).**



Todos os inquiridos das entidades financeiras afirmaram ser prática na entidade o recurso às demonstrações financeiras em busca de informações que possam facilitar o processo de tomada de decisão. Enquanto 14% dos inquiridos das empresas não financeiras afirmaram não ser prática o recurso às demonstrações financeiras, pois os gestores confiavam mais na sua experiência profissional do que nas demonstrações financeiras, devido ao débil sistema de informação.

Os resultados são consistentes com os alcançados por Lungo e Alves (2013) mas divergem dos de Stroehrer e Freitas (2008). Lungo e Alves (2013, p.122) constataram que as entidades inquiridas utilizavam informações contabilísticas nos seus processos de decisão. Stroehrer e Freitas (2008, p. 17) verificaram que a maioria dos inquiridos afirmava que a informação financeira refletia a realidade das entidades mas não era usada nas decisões estratégicas.

**13. Quais os principais indicadores utilizados pela entidade para tomar as suas decisões, quer de investimento quer de financiamento? (adaptado de Schuch, 2001, p. 83)**

Como principais indicadores para apoio à tomada de decisão de investimento e financiamento foi referido de modo quase unanime pelos inquiridos que as entidades efetuavam sempre um estudo de viabilidade económica. Extraíam o valor acrescentado líquido (VAL); o retorno sobre investimento (ROI); a taxa interna de rentabilidade (TIR); e o pay back. De acrescentar, ainda, que um dos inquiridos das entidades financeiras afirmou que não usavam qualquer destes indicadores mas levavam em conta o nível de captação de clientes e o nível de crescimento dos serviços e produtos.

No decorrer das entrevistas, notou-se que as entidades financeiras enfrentavam maiores dificuldades no uso das informações financeiras pois as mesmas quase nunca chegavam a tempo das respetivas análise. Além de que essa informação nem sempre cumpria os requisitos qualitativos, em especial a relevância, disponibilidade e a comparabilidade, podendo não ter qualquer utilidade. No entanto, a informação das entidades financeiras cumpria de modo mais abrangente no que se refere a requisitos qualitativos, em especial, a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade, contribuindo para a utilidade.

A visualização deste cenário sugere algumas questões:

- Será que o nível de utilidade da informação contida nas demonstrações financeiras tem alguma relação com a rendibilidade das entidades?
- Será que os valores alcançados são típicos dos setores de atividades? Ou, ainda,
- Existem fatores intrínsecos que afetam quer a utilidade das demonstrações quer a rendibilidade das mesmas?

Atendendo a que o estudo elaborado é meramente descritivo, sem quaisquer testes estatísticos, apenas, se pode responder as questões a partir da observação. Nota-se que:

Os inquiridos das entidades financeiras reconheciam maior nível de utilidade das informações das demonstrações financeiras do que os das não financeiras. Eram, também, as entidades financeiras que apresentavam maiores rendibilidades operacionais e líquidas das vendas e dos capitais próprios.

Mas, em geral, as entidades que mais utilizaram a informação financeira foram as que obtiveram os valores mais elevados nos indicadores. Destaca-se pela positiva o JLFA (financeira) com grande uso dos documentos e das informações financeiras de modo mais abrangente e apresentando a maior rendibilidade, tanto das vendas como dos capitais, entre as entidades estudadas. Destaca-se, ainda, o FSMW (não financeira) que se distingue por muitas das características apresentadas pelo JLFA.

Enquanto pela negativa observa-se que o JLAJ (financeira) e a FSRN (não financeira) apresentavam resultados inversos ao JLFA e FSNW durante os anos em análise e, simultaneamente, maior nível de utilização das informações fornecidas pelas demonstrações financeiras e maiores rendibilidades. Parece, assim, a partir da observação, poder-se afirmar que o nível de utilização da informação contida nas demonstrações financeiras terá, eventualmente, alguma relação com a rendibilidade das entidades, no estudo em apreço.

Os valores alcançados parecem ser típicos dos setores, pois verifica-se que os valores obtidos por uma entidade de um setor comportaram-se de forma muito similar aos restantes do mesmo setor.

Parece poder-se afirmar, ainda, que existem fatores intrínsecos que afetam quer a utilidade das demonstrações financeiras quer a rendibilidade das entidades, sendo que para fundamentar esta questão deve-se investigar de modo profundo não apenas as informações financeiras mas, também, as não financeiras.

## **5. CONCLUSÃO, LIMITAÇÕES E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS**

A análise das demonstrações financeiras visa reduzir a dependência de palpites e intuição, e por sua vez diminui as incertezas na tomada de decisão, pois deteta forças e fraquezas económicas e financeiras da entidade, sendo deste modo a terapia precisa para a entidade de modo a tomar medidas que possam dar-lhe o melhor rumo (Bernstein e Wild, 1998).

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo compreender como as entidades angolanas utilizam a análise das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão, numa perceção dos contabilistas das entidades financeiras e não financeiras, a partir de um estudo de caso comparativo. Adotou-se a entrevista semiestruturada como método de recolha de dados. Deste modo, depois de efetuada uma comparação entre as respostas obtidas destaca-se as seguintes conclusões principais:

- Na maioria das entidades estudadas, em ambos os setores, os responsáveis pela área de contabilidade são funcionários com ensino superior, o que subentende uma maior preparação para tomada de decisões económicas e financeiras.

- As entidades financeiras eram de maior dimensão do que as não financeiras, visto que a maioria das entidades financeiras tinham mais de 200 empregados, enquanto a maioria das não financeiras tinham entre 100 e 200 empregados.

- A maioria das entidades usava o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações nos capitais próprios, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, como instrumento para o controlo de gestão. As informações mais relevantes obtidas a partir destes instrumentos eram posição financeira, o valor dos impostos a pagar ao Estado e a situação de caixa e de bancos. Mas estes mesmos instrumentos não suprem todas as necessidades de informação dos *stakeholders*.

- O estudo demonstra que, em ambos os setores, os inquiridos referem que é efetuada a análise das demonstrações financeiras, com uma periodicidade predominantemente trimestral, sendo a análise financeira a técnica de maior incidência; e, a metodologia mais utilizada pelas entidades pesquisadas é a análise por indicadores pois fornece uma visão mais profunda e detalhada no processo de tomada de decisão. Entre os indicadores pesquisados neste estudo, os mais utilizados pelas entidades financeiras eram a liquidez e a autonomia financeira, enquanto os mais utilizados pelas entidades não financeiras eram a liquidez, os prazos de recebimento e de pagamento. Todas as entidades

comparavam os resultados alcançados no período com os do setor em que se encontravam integrados.

Tal como Lungo e Alves (2013, p. 128) no presente estudo os inquiridos reconheceram a importância da informação financeira para a tomada de decisões no mundo empresarial. Os resultados obtidos evidenciam que para quase todas as entidades, financeiras ou não financeiras estudadas, as demonstrações financeiras são importantes para a tomada de decisões, embora as entidades recorram às mesmas com diferente regularidade, sendo que as financeiras recorrem com maior frequência.

Relativamente ao cálculo dos indicadores, no cômputo geral, as entidades financeiras obtiveram os maiores valores desde a rentabilidade aos indicadores de risco.

Tentou-se encontrar alguma relação entre o nível de utilização da informação contida nas demonstrações financeiras e a rentabilidade das entidades; verificar se os valores alcançados eram típicos dos setores de atividades; ou, ainda, constatar se existiam fatores intrínsecos que afetassem quer a utilidade das demonstrações quer as rentabilidades das mesmas obtidas pelas entidades. Por se tratar de um estudo meramente descritivo não foi possível comprovar qualquer das relações acima identificadas. Ou seja, não se pode afirmar que exista qualquer relação entre o nível de utilização da informação contida nas demonstrações financeiras e a rentabilidade das entidades, apesar de se notar que aquelas entidades que apresentavam maiores rentabilidades eram, também, as que mais utilizavam as informações contidas nas demonstrações financeiras. Também, não foi possível verificar se os valores alcançados são típicos dos setores de atividades. Portanto, há que investigar de forma mais profunda as informações financeiras e não financeiras para se comprovar os fatores intrínsecos que afetam quer a utilidade das demonstrações quer a rentabilidade das mesmas.

No que concerne aos objetivos específicos, conclui-se que:

- A caracterização das demonstrações financeiras foi alcançada por meio do SNC, EC, NCRF e BADF. E, também, através da literatura pois alguns autores conseguem descrever todos os aspetos que agregam as demonstrações financeiras.

- Quanto ao entendimento dos métodos a ter em conta no processo de decisão e aos fatores que a afetam, confirmou-se através da revisão da literatura e do estudo realizado, que as decisões são na maioria das vezes tomadas com base no conteúdo informativo das demonstrações financeiras. Mas, o aspeto comportamental do decisor, também, é relevante no processo de tomada de decisão.

- Finalmente, foi possível compreender a análise das demonstrações financeiras através da revisão de literatura que permitiu ampliar o ângulo de visão sobre as fraquezas e possíveis correções a serem realizadas pelas entidades.

A principal limitação do presente estudo está relacionada com o método de investigação adotado, o estudo de caso. O que significa que os resultados obtidos não podem ser generalizados (Yin, 2010). Pode, ainda, ter ocorrido problemas relacionados com o enviesamento do investigador; a subjetividade; ou a ética da relação do investigador com os seus sujeitos (Sampieri *et al*, 2006).

Quanto às linhas de investigação futura possíveis, considera-se de extrema importância que este assunto seja cada vez mais explorado em Angola utilizando como método de recolha de dados não, apenas, a entrevista semiestruturada, mas também a pesquisa de campo ou outros métodos que venham a ser considerados mais adequados. Poder-se-ia, também, aumentar a dimensão da amostra de modo a torna-la representativa. Realizar um estudo comparativo sobre a análise das demonstrações financeiras como fator determinante na tomada de decisão entre as pequenas e médias empresas e as grandes empresas, ou entre empresas industriais e empresas comerciais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, E. M. N., Cardoso, I. A., Filho, M. M. C., Cavalcante, t. S. B. & Souza, W. A. R. (2013). *O uso de indicadores e relatórios contábeis para tomada de decisão nas micro e pequenas empresas do estado do Amazonas*. Revista de administração da fatea, v. 6, n. 6, p. 6-21.
- Almeida R. M. P.; Carvalho, F.; Pinheiro, P.; De Albuquerque, F. & Dias, A. I. (2010). *SNC Explicado*. (2ªEd.) ATF Edições.
- Angeloni, M. T. (2003). *Elementos intervenientes na tomada de decisão*. Ci. Inf. Brasília: v. 32, n. 1, p. 17-22.
- Aviso n.º 15652/2009 de 7 de Setembro. Diário da República n.º 173/09 – II Série. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.
- \_\_\_\_\_*Sistema de Normalização Contabilística*.
- \_\_\_\_\_*Normas Contabilísticas de Relato Financeiro*.
- \_\_\_\_\_*Estrutura Conceptual*.
- \_\_\_\_\_*Base de apresentação das demonstrações financeiras*.
- Bardin, L. (2009). *Content Analysis*. (5ª Ed). Lisboa: Edições 70.
- Bernstein A., Leopold, J. Wild, John. (1998). *Financial Statements Analysis: Theory, Application, and Interpretation*, (6ª Ed), McGraw-Hill.
- Braga, A. M. S. (2010). *Fatores que influenciam a tomada de Decisão em inovar nas empresas Portuguesas*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e alto d'ouro.
- Caldeira, J. (2001). *Alavanca económica e financeira*. IAPMEI. <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=597>
- Carvalho, J. E. (2011). *Gestão de empresas (princípios fundamentais)*. (2ª ed). Lisboa: editora Sílabas.
- Collis, J. e Hussey, R. (2005). *Pesquisa em Administração: Um guia para alunos de graduação e pós-graduação*. (2ª Ed). Porto Alegre: Bookman editora.
- Dantas, E. B. (2013). *A importância da pesquisa para a tomada de decisões*. Brasília: Universidad de Brasília.
- Deari, F. (2010). *Financial statements analysis as a tool for decision-making: case of "nemetali"*. South east european university. Macedonia: Studia universitatis babeş-bolyai, o economica, vol. 55, issue 1.

Decreto-lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro (*regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras*). Lisboa.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4ª Ed). São Paulo: Atlas.

Gitman, L. J. (2010). *Princípios de Administração Financeira*. (12ª ed). São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Gontijo, A. G. & Maia, C. S. C. (2004) *Tomada de decisão, do modelo racional ao comportamental. Caderno de pesquisa em Administração*. São Paulo: v. 11 nº 4.

Grenha, C., Cravo, D., Baptista, L. & Pontes, S. (2009). *Anotações ao sistema de normalização contabilística*. Lisboa: OTOC - Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

KPMG (2011). *Financial services. Análise ao sector bancário angolano*. kpmg.co.ao.

Kuster, & Nogacz, N. (2002). *Coleção de gestão empresarial: Finanças empresariais*. Curitiba: p. 37-48.

Lungu, D. I. M. & Alves, M. T. V. D. (2013). *Utilidade da informação financeira na tomada de decisão: a percepção de gestores de PMEs de Luanda e de Lisboa*. Revista de Contabilidade e Controladoria, ISSN 1984-6266 Universidade Federal do Paraná. Curitiba: v.5, n.2, p.107-133.

Madeiros, F. S. B., Ribeiro, M. O., Boligon, J. A. R., Denardin, E. S. & Murini, L. T. (2012). *Análise nos demonstrativos contábeis através de índices financeiros e econômicos. O caso de um escritório de advocacia*. IX Convibra Administração– Congresso Virtual Brasileiro de Administração – adm.convibra.com.br.

Martins, C. F. P. (2011). *Os modelos das demonstrações financeiras*. Dissertação de mestrado. Instituto Politécnico do porto.

Matarazzo, D. C. (2003). *Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial*. 6ª ed. São Paulo: Atlas editora.

Maura, D. G. L. (2012). *Método de Ensino para Estudantes da Geração Y: um Estudo de Caso no Curso de Turismo da Faculdade Santa Helena*. Recife-PE. Tese de mestrado. Recife: universidade boa viagem-dever.

Miglioli, A.M. (2006). *Tomada de decisão na pequena empresa: estudo multi-caso sobre a utilização de ferramentas informatizadas de apoio à decisão*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

Minayo, M.C.S. (2007). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. (29ª ed). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Morozini, J. F., Hein, N. & Olinquevitch, J. L. (2006) *Seleção De Índices Na Análise De Balanços: Uma Aplicação Da Técnica Estatística 'Acp'*. R. Cont. Fin. – USP, São Paulo: n. 41, p. 87 – 99.

Nabais, C. & Nabais, F. (2011). *Prática Financeira-Análise Económica e Financeira*. (7ª ed). Fidel edições técnica.

Neves, J. C. (2000). *Análise Financeira (Técnicas Fundamentais)*. Vol. 1. Lisboa: Texto Editora.

Nogueira, F. (2004). *Decisores Hospitalares-Necessidades formativas e informativas. Dissertação de Doutoramento*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Pinho, C.S. & Tavares, S. (2005) - *Análise Financeira e Mercados*. Lisboa: Áreas Editora, SA. ISBN 972-8472-89-7.

Rego, R. T. (2005). *Análise de demonstrações financeiras. Estudo de caso da perdigão s/a*. Revista da faculdade de ciências administrativas de curvelo.

Ribeiro, M. O. (2003). *Contabilidade Básica Fácil*. (24ª ed). São Paulo: Saraiva.

Rosillón, N. & Alejandra, M. (2009) *Análisis financiero: una herramienta clave para una gestión financiera eficiente*. Revista Venezolana de Gerencia (RVG) Año 14. Nº 48, 2009, 606 – 628 Universidad del Zulia (LUZ) \_ ISSN 1315-9984.

Santos, D. & Oliveira, M. L. A. (2010). *Análise Económico-Financeira: Amigão Lins Supermercados Ltda.* – Lins/SP

Salas, O. A. (2005) *Análisis economico financeiro (interpretación de estados financieros)*. (19ª ed). Barcelona: Gestión 2000.

Sampieri, R. H; Collado, C. F. & Lúcio, P. B. (2006). *Método de pesquisa*. (3ª Ed). São Paulo: McGraw Hill.

Schier, C. U. C. (2007) *Controladoria como instrumento de gestão*. 1ª ed. Curitiba: Juruá.

Silva, K. R & Souza, P. C. (2011) *Análise das demonstrações financeiras como instrumento para tomada de decisões*. INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção Janeiro de 2011, vol. 03, no. 01 ISSN 1984-6193.

Silva, M. A. & Prado, R. A. D. P. (2013). *Fatores que influenciam o processo de tomada de decisões financeiras de graduandos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis: estudo exploratório-descritivo sob a ótica das Finanças Comportamentais*. IX Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração – [adm.convibra.com.br](http://adm.convibra.com.br)



Strocher, A. M. & Freitas, H. (2008). *O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas*. R. adm. Eletrônica. São Paulo: v.1, n.1, art.7. issn1983-7488.

Tártari, J. (2005). *Uso da análise das demonstrações contábeis no processo de gestão: um estudo nas maiores indústrias do setor de confecções do estado do paraná*. Universidade Regional de Blumenau

Vilelas, J. (2009). *Investigação o processo de construção do conhecimento*. (1<sup>a</sup> Ed). Lisboa: Sílabos-Editora.

Yin, R. K. (2010). *Pesquisa Estudo de Caso -planeamento e métodos*. (4<sup>a</sup> ed). Porto Alegre: Bookman editora.

## APÊNDICE A

Tabela A1: Indicadores de cada empresa

<	Indicadores de Rendibilidade									Indicadores Financeiros									Estrutura de Capitais						Indicadores de Risco								
	RLV=RL/VN			ROV=RO/VN			RCP=RL/CP			LC=AC/PC			LI=D/PC			LR=(AC-I)/PC			E=PT/AT			AF=CP/AT			GAO=MB/RO			GAF=RO/RC			GCA=GAO*GAF		
	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc
Financeiras																																	
JLFA	58,51 %	64,29 %	9,88%	58,57 %	63,50 %	8,43%	34,50%	28,20%	18,25%	0,15	0,57	285,17%	0,03	0,14	302,29%	0,11	0,44	289,01%	89,77 %	90,21 %	0,49%	10,23 %	9,79%	-4,33%	1,06	1,05	-1,42%	1,00	0,99	-1,32%	1,06	1,03	-2,73%
JLAI	- 9,70%	28,79 %	196,83 %	52,53 %	68,76 %	30,90%	- 38,09%	- 18,49%	- 51,46%	0,00	6,59	833763,55 %	0,00	0,76	941735,21 %	0,00	4,94	674706,81 %	88,08 %	90,91 %	3,21%	11,92 %	9,09%	23,74%	0,97	0,86	-10,75%	-0,61	2,89	372,31%	-0,59	-2,49	321,56%
JLPA	27,59 %	40,14 %	45,50%	22,57 %	37,97 %	68,24%	16,98%	17,46%	2,83%	2,05	1,92	-6,13%	0,43	0,36	-18,19%	1,75	1,74	-0,51%	87,49 %	89,06 %	1,79%	12,51 %	10,94 %	12,55%	2,27	1,90	-16,09%	0,93	0,98	5,40%	2,11	1,87	-11,56%
JLPC	16,26 %	9,33%	- 42,62%	21,28 %	11,70 %	- 45,01%	16,51%	9,10%	44,91%	1,74	2,09	19,99%	0,44	0,30	-30,50%	1,57	1,94	23,41%	89,25 %	90,65 %	1,57%	10,75 %	9,35%	13,03%	3,35	5,57	66,41%	1,02	0,93	-8,02%	3,40	5,20	53,06%
JLGS	1,94%	1,66%	14,43%	4,37%	5,29%	20,97%	8,00%	3,88%	51,55%	1,60	0,01	-99,49%	0,14	0,00	-99,89%	1,71	0,01	-99,53%	68,70 %	74,07 %	7,81%	31,30 %	25,93 %	17,15%	11,30	17,96	58,85%	1,54	2,07	34,09%	17,43	37,13	113,01%
JLOL	25,69 %	30,51 %	18,79%	15,29 %	40,05 %	162,03 %	24,39%	23,87%	-2,12%	1,62	1,43	-11,89%	0,48	0,45	-7,86%	1,11	1,40	26,58%	92,72 %	93,26 %	0,58%	7,28%	6,74%	-7,34%	3,27	1,77	-45,73%	0,80	0,94	18,34%	2,61	1,68	-35,77%
JLIC	27,26 %	26,27 %	-3,62%	29,55 %	27,66 %	-6,38%	24,06%	22,10%	-8,13%	0,79	0,78	-1,04%	0,15	0,15	-1,11%	0,54	0,53	-1,74%	88,21 %	89,03 %	0,93%	11,79 %	10,97 %	-6,98%	1,10	17,29	1468,80 %	0,12	0,11	-6,98%	0,13	1,90	1359,36 %
Não-Financeiras																																	
FSCM	- 13,67 %	1,51%	111,06 %	1,58%	0,60%	- 61,98%	- 30,03%	2,47%	108,22 %	1,20	1,33	11,10%	0,07	0,08	15,14%	0,91	1,10	21,36%	31,57 %	31,57 %	0,00%	67,23 %	68,43 %	1,78%	52,09	124,85	139,67%	-0,01	0,40	3538,71 %	-0,60	49,68	8341,59 %
FSNM	0,30%	0,20%	32,56%	33,54 %	1,29%	96,15%	26,38%	22,89%	13,24%	0,18	0,44	141,27%	0,00	0,00	0,00%	0,85	1,27	47,99%	97,37 %	98,65 %	1,31%	2,63%	1,35%	48,48%	2,17	27,52	1170,59 %	111,58	30,21	-72,93%	241,63	831,20	243,99%
FSRN	23,14 %	1,10%	104,76 %	23,12 %	39,79 %	72,15%	111,30 %	- 50,99%	54,19%	0,11	0,43	272,80%	0,00	0,31	9926,54%	0,11	0,43	272,80%	98,65 %	98,65 %	0,00%	26,15 %	- 4,45%	117,02 %	- 2,41	-1,15	-52,47%	1,00	23,50	2452,58 %	-2,41	26,94	1218,12 %
FSMW	39,85 %	66,98 %	68,08%	61,38 %	39,78 %	- 35,19%	51,04%	118,37 %	131,91 %	0,42	0,72	72,72%	0,31	0,35	9,89%	0,42	0,72	72,72%	56,71 %	56,89 %	0,32%	43,29 %	43,29 %	0,00%	2,56	2,50	-2,13%	1,00	0,74	-25,89%	2,56	1,86	-27,47%
FSAC	- 3,96%	1,57%	139,62 %	1,89%	4,20%	121,72 %	-3,25%	1,20%	136,93 %	1,66	1,33	-19,97%	0,24	0,10	-59,39%	1,24	0,91	-26,98%	59,11 %	54,95 %	- 7,03%	40,89 %	45,05 %	10,16%	5,45	2,44	-55,17%	-0,46	2,61	461,65%	-2,53	-6,37	151,81%
FSRS	0,67%	0,39%	42,21%	5,73%	3,95%	31,00%	0,97%	0,83%	14,63%	1,51	1,58	4,46%	0,11	0,02	-83,01%	1,42	1,52	7,18%	78,66 %	81,45 %	3,56%	21,32 %	18,55 %	13,00%	11,20	9,56	-14,68%	8,87	10,19	14,95%	99,35	97,44	-1,92%
FSCB	14,31 %	- 1,70%	111,88 %	0,26%	1,13%	340,40 %	41,41%	-3,56%	108,59 %	0,68	1,13	65,39%	0,11	0,10	-12,03%	0,11	0,10	-12,03%	76,42 %	58,11 %	23,96 %	23,58 %	41,89 %	77,63%	4,03	88,08	2083,83 %	1,69	- 0,66	- 139,27%	6,81	- 58,39	- 957,64%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A2: Medidas estatísticas (máximos, mínimos, médias e desvios padrão) destes indicadores por setor.

	Indicadores de Rentabilidade									Indicadores Financeiros									Estrutura de Capitais						Indicadores de Risco								
	RLV=RL/VN			ROV=RO/VN			RCP=RL/CP			LC=AC/PC			LI=D/PC			LR=(AC-I)/PC			E=PT/AT			AF=CP/AT			GAO=MB/RO			GAF=RO/RC			GCA=GAO*GAF		
	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc
Financeiras																																	
Máximo	58,51 %	64,29 %	9,88%	58,57 %	68,76 %	17,40 %	34,50 %	28,20 %	18,25 %	2,05	6,59	222,17 %	0,48	0,76	57,60 %	1,75	4,94	182,45 %	92,72 %	93,26 %	0,58 %	31,30 %	25,93 %	17,15 %	11,30	17,96	58,85 %	1,54	2,07	34,09%	17,43	37,13	113,01 %
Mínimo	- 9,70 %	- 28,79 %	196,83 %	4,37 %	5,29 %	20,97 %	38,09 %	18,49 %	51,46 %	0,00	0,01	926,02 %	0,00	0,00	102,63 %	0,00	0,01	1008,3 9%	68,70 %	74,07 %	7,81 %	7,28 %	6,74 %	- 7,34%	0,97	0,86	10,75 %	-0,61	-2,89	372,31 %	-0,59	-2,49	321,56 %
Média	25,69 %	26,27 %	2,28%	22,57 %	37,97 %	68,24 %	16,98 %	17,46 %	2,83%	1,60	1,43	10,49 %	0,15	0,30	101,27 %	1,11	1,40	26,58%	88,21 %	90,21 %	2,28 %	11,79 %	9,79 %	17,03 %	2,27	1,90	16,09 %	0,93	0,94	1,44%	2,11	1,87	11,56%
Desvio Padrão	21,75 %	29,85 %	37,21 %	19,68 %	23,99 %	21,89 %	23,71 %	16,01 %	32,47 %	81,88 %	219,29 %	167,83 %	20,51 %	25,03 %	22,03 %	75,17 %	164,90 %	119,37 %	7,96 %	6,38 %	19,84 %	7,96 %	6,38 %	19,84 %	366,05 %	767,53 %	109,68 %	70,93%	157,66 %	122,26 %	619,80 %	1364,19 %	120,10 %
Não Financeiras																																	
Máximo	39,85 %	66,98 %	68,08 %	61,38 %	39,78 %	35,19 %	51,04 %	118,37 %	131,91 %	1,66	1,58	- 4,84%	0,31	0,35	9,89%	1,42	1,52	7,18%	98,65 %	98,65 %	0,00 %	67,23 %	68,43 %	1,78%	52,09	124,85	139,67 %	111,58	30,21	- 72,93%	241,63	831,20	243,99 %
Mínimo	23,14 %	1,70 %	92,66 %	23,12 %	39,79 %	72,15 %	111,30 %	50,99 %	54,19 %	0,11	0,43	272,80 %	0,00	0,00	0,00%	0,11	0,10	11,87%	31,57 %	31,57 %	0,00 %	2,63 %	4,45 %	269,49 %	-2,41	-1,15	52,47 %	-0,46	-23,50	4961,0 8%	-2,53	-58,39	2207,8 6%
Média	0,30 %	1,10 %	266,22 %	1,89 %	1,29 %	31,75 %	0,97%	1,20%	23,22 %	0,68	1,13	65,39 %	0,11	0,10	12,82 %	0,85	0,91	5,88%	76,42 %	58,11 %	23,96 %	26,15 %	41,89 %	60,22 %	4,03	9,56	137,00 %	1,00	0,40	- 60,26%	2,56	26,94	952,70 %
Desvio Padrão	20,42 %	25,15 %	23,15 %	27,45 %	23,04 %	16,08 %	55,12 %	51,59 %	- 6,41%	63,53 %	46,52 %	26,78 %	11,77 %	13,58 %	15,37 %	52,27 %	49,13 %	-5,99%	23,97 %	25,08 %	4,64 %	20,53 %	26,32 %	28,19 %	1869,3 8%	5001,0 1%	167,52 %	4153,0 5%	1604,8 6%	- 61,36%	9250,0 0%	31095,8 1%	236,17 %

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A3: Medidas de tendência central de modo geral.

7	Indicadores de Rendibilidade									Indicadores Financeiros									Estrutura de Capitais						Indicadores de Risco								
	RLV=RL/VN			ROV=RO/VN			RCP=RL/CP			LC=AC/PC			LI=D/PC			LR=(AC-I)/PC			E=PT/AT			AF=CP/AT			GAO=MB/RO			GAF=RO/RC			GCA=GAO*GAF		
	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc	2011	2012	Cresc
Máximo	58,5 1%	66,9 8%	14,4 9%	61,3 8%	68,7 6%	12,0 2%	51,04 %	118,3 7%	131,9 1%	2,05	6,59	929,7 7%	0,48	0,76	57,60 %	1,75	4,94	1,82	98,6 5%	98,6 5%	0,00 %	67,2 3%	68,4 3%	1,78 %	52,09	124,85	139,6 7%	111,58	30,21	- 72,93 %	241,63	831,20	243,99 %
Mínimo	- 23,1 4%	- 28,7 9%	24,3 8%	- 23,1 2%	- 39,7 9%	72,1 5%	- 111,3 0%	- 50,99 %	- 54,19 %	0,00	0,01	0,00 %	0,00	0,00	102,6 3%	0,00	0,01	1008,3 9%	31,5 7%	31,5 7%	0,00 %	2,63 %	4,45 %	269,4 9%	- -2,41 %	- -1,15 %	- 52,47 %	- -0,61 %	- -23,50 %	3745,5 6%	- -2,53 %	- -58,39 %	2207,8 6%
Médiana	8,13 %	1,62 %	- 80,1 2%	18,2 8%	8,49 %	53,5 4%	16,74 %	6,49 %	61,26 %	0,99	1,23	23,30 %	0,13	0,14	10,49 %	0,88	1,00	13,86 %	87,7 8%	89,0 4%	1,44 %	16,9 1%	10,9 6%	35,23 %	2,91	4,04	38,57 %	1,00	0,84	- 16,18 %	2,34	1,88	- 19,40 %
Desvio Padrão	22,5 5%	27,0 7%	20,0 5%	24,6 9%	28,9 3%	17,1 8%	41,59 %	36,70 %	11,76 %	72,2 2%	159,5 8%	63,09 %	17,1 9%	21,3 0%	23,86 %	63,4 9%	122,5 3%	92,97 %	18,8 6%	20,3 0%	7,62 %	17,7 7%	20,8 2%	17,15 %	1349,8 0%	3765,4 2%	178,9 6%	2956,2 0%	1098,9 2%	62,83 %	6726,5 5%	22164, 34%	229,51 %

Fonte: Dados da pesquisa.

## ANEXOS

### ANEXO I

#### **Guião para entrevista**

Serão realizados estudos detalhados a respeito da análise das demonstrações financeiras e da tomada de decisões em empresas angolanas com o objetivo de se avaliar o grau de influência das demonstrações financeiras, dos indicadores e outras informações financeiras necessárias para o processo de tomada de decisão.

Serão entrevistados contabilistas, pelo facto de estes serem agentes que preparam as demonstrações financeiras e que estão diretamente ligados ao processo de tomada de decisões nas empresas. As entrevistas serão realizadas em Angola e obedecerão ao seguinte guião:

#### **Informações básicas da empresa:**

- Sexo do entrevistado:
  - ( ) Masculino
  - ( ) Feminino
- Idade do entrevistado:
  - ( ) entre 20 e 30 anos
  - ( ) entre 30 e 40 anos
  - ( ) Mais de 40 anos
- Habilitações literárias do entrevistado:
  - ( ) Licenciatura
  - ( ) Mestrado
  - ( ) Doutoramento
  - ( ) Outra
- Tempo de serviço
  - ( ) Menos de 5 anos
  - ( ) entre 5 e 10 anos
  - ( ) Mais de 10 anos
- Nome da empresa: .....
- Cidade .....e Contactos da empresa: .....
- Setor de atividade da entidade: .....
- Número de funcionários:

- ☐ Menos de 100
- ☐ entre 100 e 200
- ☐ Mais de 200

- Volume de negócio em 2012: .....

### **Parte I. Informações concernentes à utilidade das demonstrações financeiras**

1. Identifique as demonstrações financeiras que servem de instrumento para o controlo de gestão existente na entidade.
  - a. ☐ Balanço
  - b. ☐ Demonstração dos Resultados
  - c. ☐ Demonstração das Alterações do Capital Próprio
  - d. ☐ Demonstração dos Fluxos de Caixa
  - e. ☐ Anexos
2. Do seu ponto de vista, quais as principais informações fornecidas pelas demonstrações financeiras utilizadas pela entidade?
3. Considera que as demonstrações financeiras suprem todas as necessidades de informação quer por parte da gestão quer por parte dos *stakeholders*?
  - a. ☐ Sim
  - b. ☐ Não.
  - c. Justifique:.....
4. Qual considera ser a maior dificuldade dos utilizadores das demonstrações financeiras?

### **Parte II. Questões relacionadas com a análise das demonstrações financeiras**

A análise das demonstrações financeira permite à entidade obter um diagnóstico da posição económico-financeira da empresa e ter uma visão ampla dos fatores que afetam ou poderão vir a afetar o percurso da empresa. Esta análise possibilita a avaliação do desempenho económico obtido e a projeção de resultados futuros.

5. O departamento de contabilidade analisa as demonstrações financeiras e os instrumentos de controlo de gestão especificados no primeiro item (questão 1)?
  - a. ☐ Sim
  - b. ☐ Não
- 5.1. Se a resposta tiver sido a letra “a”, com que periodicidades são apresentadas estas análises?
  - a. ☐ Mensal
  - b. ☐ Trimestral
  - c. ☐ Semestral
  - d. ☐ Anual

6. A empresa utiliza algum indicador económico para atualizar as demonstrações financeiras antes de calcular os indicadores financeiros?
  - a. ☐ Sim. Qual?.....
  - b. ☐ Não
7. Quais as técnicas utilizadas pela entidade para a análise das demonstrações financeiras?
  - a. ☐ Análise Económico-financeira
  - b. ☐ Análise Horizontal
  - c. ☐ Análise Vertical
  - d. ☐ Outra: .....
- 7.1. Essas técnicas são de fácil aplicação?
  - a. ☐ Sim
  - b. ☐ Não
8. Quais os pontos cuja análise considera ser mais importante para a compreensão da posição económico-financeira da entidade?

### **Parte III. Questões relacionadas com tomada de decisão**

Tomar decisões é, de facto, escolher entre as várias alternativas possíveis aquela que é encarada como a mais vantajosa para a sobrevivência e continuidade da empresa, e também aquelas que melhoram a sua produtividade.

9. Quais as metodologias utilizadas pela entidade na tomada de decisões?
  - a. ☐ Crescimento nas vendas
  - b. ☐ Análise Vertical
  - c. ☐ Análise Horizontal
  - d. ☐ Análise por Indicadores
10. Caso tenha optado pela letra “d.” da questão 11, quais dos indicadores abaixo são utilizados na entidade?
  - a. ☐ Margem Bruta
  - b. ☐ Ponto de Crítico
  - c. ☐ Liquidez
  - d. ☐ Prazo médio de pagamentos e recebimentos
  - e. ☐ Autofinanciamento
  - f. ☐ Endividamento
  - g. ☐ Rendibilidade das Vendas
  - h. ☐ Rendibilidade dos capitais próprios (RCP)
  - i. ☐ Margem de Segurança
  - j. ☐ Grau de Alavancagem Operacional (GAO)
  - k. ☐ Grau de Alavancagem Financeira (GAF)

11. O gestor financeiro compara os indicadores atingidos com os indicadores médios do setor em que a entidade se integra?
- a. ☐ Sim
  - b. ☐ Não
12. O gestor recorre às demonstrações financeiras em busca de informações que possam facilitar o processo decisório, ou toma as decisões de acordo com a situação seguindo o juízo pessoal e a experiência profissional?
13. Quais os principais indicadores utilizados pela entidade para tomar as suas decisões, quer de investimento quer de financiamento?
14. Espaço reservado a comentários, sugestões ou problemas relacionados com o tema.



## ANEXO II



Setúbal, 7 de Março de 2014

Exmos. Senhores,

**Assunto:** Entrevista sobre Análise das demonstrações financeiras e tomada de decisão

Eu, Jackson Sebastião, estudante do curso de mestrado em Contabilidade e Finanças, na Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, em Portugal, estou a realizar uma dissertação no âmbito da análise das demonstrações financeiras e sua influência na tomada de decisão, sob orientação da Professora Doutora Teresa Alves.

Venho por este meio solicitar a vossa colaboração para o estudo referido, através do preenchimento e devolução do guião/entrevista em anexo. Garantimos toda a confidencialidade nos dados disponibilizados, e comprometemo-nos à não divulgação da identidade da empresa.

A entrevista será, então, realizada por meio de telefone ou skype, mas estarei ao dispor para prestar qualquer esclarecimento adicional através dos contactos que se seguem, e disponibilizo-me a enviar o inquérito por e-mail ou fax, se for da vossa preferência.

**Contacto Tel.:** +351 938904622-viber +351 968722211

**E-mail:** [jacksondoterco@live.com.pt](mailto:jacksondoterco@live.com.pt)

Subscrevo-me, atenciosamente, com os melhores cumprimentos,

(Jackson Sebastião)